



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Helena Maria Hermesdorff Oliveira, Coordenadora do Cartório da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO DIGITAL Nº: 1136775-93.2023.8.26.0100 - **CLASSE** - **ASSUNTO:**
Recuperação Judicial - Concurso de Credores

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/09/2023 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 1.758.448.853,50

REQUERENTE(S):

HANDZ PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ 43189934000126
VILLA TABATINGA IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 05513097000150
ELAH AGROBUSINESS AGROPECUÁRIA LTDA, CNPJ 09271066000190
MANÁ IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 05992413000113
GOCIL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, CNPJ 03979056000128
GOCIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ 50844182000155
GOCIL SERVIÇOS GERAIS LTDA, CNPJ 00146889000110
WASHINGTON UMBERTO CINEL, CNPJ 08465594000118
GOCIL SERVIÇOS GERAIS NORDESTE LTDA, 33931783000186
GOCIL NORDESTE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ 06261891000116
AGROCIN AGROPECUÁRIA LTDA, CNPJ 60482429000194
NOVA OLINDA SPE LTDA, CNPJ 43573834000107
BRANGUS BRASIL AGROPECUÁRIA LTDA, CNPJ 05513150000112

OBJETO DA AÇÃO:

Pedido de Recuperação Judicial na forma dos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/2005.

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

CERTIFICA QUE, por r. decisão proferida em **02/10/2023** pelo MM. Juiz foi dito que: "*Vistos. 1 Diante do número de requerentes, das diferentes atividades econômicas exploradas e da pretensão deduzida por alegado produtor rural, determino a realização de constatação prévia, e, para tanto, nomeio Lindoso e Araújo Consultoria Empresarial Ltda, CNPJ, n. 14.553.159/0001-48, representada por José Luiz Lindoso da Silva, CPF, n. 368.300.034-15, com endereço à Av. Paulista, 1636, sala 1504, São Paulo/SP, que apresentará o laudo em 5 dias, observando o disposto no art. 51-A e parágrafos da Lei 11.101/2005. 2 Sem prejuízo, aprecio o pedido de tutela de urgência. Alegam os requerentes que captaram recursos junto a determinadas instituições financeiras e cederam fiduciariamente aplicações financeiras e créditos decorrentes de prestação de serviços. Os recursos ofertados em garantia, contudo, são essenciais ao soerguimento da atividade, de modo que não podem ser retidos pelos bancos durante o stay period, assim como ocorre em relação aos bens de capital essenciais. Além disso, a garantia ainda não ter se constituído sobre créditos por serviços não prestados até a data do pedido de recuperação judicial, de modo que recebíveis futuros por créditos a performar não podem ser retidos pelos credores. Por isso, em caráter de urgência, pedem a recuperandas seja*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

determinadas instituições financeiras, conforme relação que acompanha a inicial, a liberação das aplicações financeiras retidas, bem como se abstenham de reter quaisquer valores de recebíveis recebidos após o ajuizamento do pedido. A pretensão, embora bem fundamentada, não pode ser acolhida. Este juízo já deu interpretação ao art. 49, parágrafo 3º, da Lei 11.101/2005, no sentido de se assegurar à recuperanda, durante o stay period, a liberação dos recursos essenciais à manutenção de sua atividade, de modo a equilibrar os interesses do credor fiduciário e do devedor em recuperação (processo n. 1110406-38.2018.8.26.0100, fls. 2002/2007; recuperação judicial de Livraria Cultura). No entanto, o STJ, que exerce a função constitucional de uniformizar a interpretação da legislação federal, tem reiteradamente rejeitado tal interpretação, como se vê abaixo: De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, bem de capital a que se refere a parte final do artigo 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005 é o bem corpóreo (móvel ou imóvel) utilizado no processo produtivo da empresa e que se encontra em sua posse. 4. Os recebíveis cedidos fiduciariamente não se enquadram na qualificação de bem de capital, sendo que sua utilização significa o esvaziamento da garantia fiduciária, não sendo possível a intervenção judicial para a sua liberação. 5. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no REsp n. 1.680.456/SE, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma); DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CESSÃO FIDUCIÁRIA. RECEBÍVEIS. TRAVA BANCÁRIA. "STAY PERIOD". LIBERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. "Os recebíveis cedidos fiduciariamente não se enquadram na qualificação de bem de capital, sendo que sua utilização significa o esvaziamento da garantia fiduciária, não sendo possível a intervenção judicial para a sua liberação" (AgInt nos EDcl no REsp 1.680.456/SE, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 30/8/2021, DJe de 3/9/2021). 2. Agravo interno provido para, em nova análise, conhecer do agravo e dar provimento ao recurso especial. (AgInt no Ag no REsp Nº 1942555 RJ, rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma); ...a pretensão recursal não se mostrou plausível em relação à necessidade de suspensão das travas bancárias, já que, nos termos da atual jurisprudência do STJ, os direitos creditórios (chamados de "recebíveis") utilizados pela instituição financeira para amortização e/ou liquidação do saldo devedor da "operação garantida" não se submetem à recuperação judicial. 5. Agravo interno parcialmente provido. (AgInt no TP n. 3.654/RS, relator Ministro Raul Araújo, relator para acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma). Quanto à alegação de impossibilidade da garantia abranger recebíveis futuros, ou, ainda, a constituição da garantia se materializar apenas no momento do surgimento do crédito, e não quando celebrado o contrato de cessão fiduciária, também já foi repelida pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: (...) A exigência de especificação do título representativo do crédito, como requisito formal à conformação do negócio fiduciário, além de não possuir previsão legal - o que, por si, obsta a adoção de uma interpretação judicial ampliativa - cede a uma questão de ordem prática incontornável. Por ocasião da realização da cessão fiduciária, afigura-se absolutamente possível que o título representativo do crédito cedido não tenha sido nem sequer emitido, a inviabilizar, desde logo, sua determinação no contrato. 3. Registre-se, inclusive, que a lei especial de regência (Lei n.10.931/2004, que disciplina a cédula de crédito bancário) é expressa em admitir que a cessão fiduciária em garantia da cédula de crédito bancário recaia sobre um crédito futuro (a performar), o que, per si, inviabiliza a especificação do correlato título (já que ainda não emitido. (...)) (STJ - AgInt nos EDcl no AgInt no REspº 1816967 PR, rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma) Recuperação Judicial. Impugnação de crédito julgada improcedente. Cessão fiduciária de créditos originados de contrato de prestação de serviços - Discussão acerca da natureza do crédito. Extraconcursalidade reconhecida - Superveniência de pedido de recuperação Judicial não retira


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

a eficácia da garantia fiduciária mesmo em relação aos recebíveis ainda não performados. Jurisprudência. Contrato que continua vigente, ainda que não aditado Continuação da prestação de serviços - Exigibilidade do cumprimento dos contratos celebrados. Decisão mantida. Recurso desprovido. (TJSP - Agravo de Instrumento 2147949-91.2023.8.26.0000; Rel. Fortes Barbosa, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial) Pelo exposto, indefiro os pedidos de tutela de urgência. 3 - Int." **CERTIFICA QUE**, por r. decisão proferida em **11/10/2023** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. 1 - Fls. 4404 e 4649/4656 (recuperandas juntam documentos, apresentam emenda à inicial, para retificar a qualificação do requerente Washington para produtor rural, e pedem prazo para apresentar nova lista de credores), 4674 e seguintes (auxiliar do Juízo apresenta laudo de constatação prévia) e 4757/4762 (Banco do Brasil S/A pede esclarecimentos do Auxiliar do Juízo e do requerente Washington): Ciência aos interessados e às recuperandas acerca do laudo de constatação prévia, que, em síntese, aponta que estão presentes os requisitos legais e os documentos necessários ao processamento do pedido de recuperação judicial por parte de todos requerentes, salvo produtor rural, cuja inscrição na Junta Comercial ainda não teria sido concedida (e, ressalte-se, requerida após a distribuição do pedido) e cujo balanço especialmente levantado para o pedido não teria sido apresentado. Diante disso, concedo o prazo de 5 dias para a juntada, por parte do produtor rural, dos documentos necessários ao deferimento do processamento. Quanto ao pedido de apresentação de nova lista de credores, não há justificativa para tanto, devendo ser esclarecida tal pretensão, especialmente porque todas as pessoas jurídicas já apresentaram os documentos necessários ao processamento do pedido, conforme o laudo de constatação prévia. No mais, faculto às recuperandas manifestação quanto à petição de fls.4757/4762. 2. Fls. 4424/4425 (Banco Pine S/A), 4526 (Localiza Fleet S/A), 4561 (Localiza Rent a Car S/A) e 4757/4762 (Banco do Brasil S/A juntam instrumento de procuração): à z. Serventia, para anotação, se em termos. Int." **CERTIFICA QUE**, por r. decisão proferida em **27/10/2023** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. 1. Fls. 4796/4797 (DANIELE MÚLTIPLO FIDC NP), 4800 (COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICITRUS), 4806/4807 (BANCO VOTORANTIM S/A), 4822/4823 (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CAIXA), 4827 (BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A), 5278/5291 (BANCO SAFRA S/A), e 5316/5327 (BANCO CAIXA GERAL BRASIL S/A: Ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização, sendo o caso. 2 - Fls. 5316/527: O BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S/A obteve, em garantia do cumprimento de obrigação assumida pela GOCIL em cédula de crédito bancário, cessão fiduciária de todos os direitos creditórios decorrentes da Conta Bancária nº 220001591-3. A devedora notificou alguns de seus clientes a promoverem o depósito, na conta acima mencionada, dos valores por eles devidos, o que vinha sendo cumprido. No entanto, noticia o credor que recentemente a devedora passou a receber os valores devidos por seus clientes em outra conta bancária, fraudando a garantia validamente constituída. Diante disso, determino à: (i) SOCIEDADE BENEF. ISRAELITA BRAS. HOSPITAL ALBERT EINSTEIN; (ii) KIMBERLY CLARK BRASIL IND. E COM. DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA.; (iii) BASF S/A; (iv) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL; (V) TIMAC AGRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA.; e (VI) FEDEX BRASIL LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA. (GRUPO) para que mantenham o pagamento dos valores devidos à GOCIL na conta bancária nº 220001591-3. Serve a presente decisão, assinada digitalmente, como ofício. Caberá ao credor dar ciência desta decisão aos seus destinatários. 3 Tornem conclusos para exame dos requerimentos pendentes." **CERTIFICA QUE**, por r. decisão proferida em **27/10/2023** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. 1. Fls. 5489/5508 (ITAÚ UNIBANCO S/A): Ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização, sendo o caso. 2. Trata-se de pedido de recuperação judicial formulado por (i) HANDZ PARTICIPACOES S.A. (Handz), CNPJ nº 43.189.934/0001-26, com sede na Rua Quintana, nº 887, conjunto 52, Cidade Monções, São

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO PAULO****FORO CENTRAL CÍVEL****2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Paulo/SP, CEP 04569-011; (ii) VILLA TABATINGA IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA. (Villa Tabatinga), CNPJ nº 05.513.097/0001-50, com sede na Av. Afonso Arinos de Melo Franco, nº 430, Villa Tabatinga, Caraguatatuba/SP, CEP 11679-340; (iii) ELAH AGROBUSINESS AGROPECUARIA LTDA. (Elah), CNPJ nº 09.271.066/0001-90, com sede na Rua Tiradentes, 2846, Centro, Uruguaiana/RS, CEP 97501-526; (iv) MANÁ IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA. (Maná), CNPJ nº 05.992.413/0001-13, com sede na Rua Quintana, nº 887, conjunto 53, Sala 02, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04569-011; (v) GOCIL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. (GSE), CNPJ nº 03.979.056/0001-28, com sede na Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, nº 109, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-020; (vi) GOCIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. (GSV), CNPJ nº 50.844.182/0001-55, com sede na Rua Georgia, nº 258, Brooklin Paulista, São Paulo/SP, CEP 04559-010; (vii) GOCIL SERVIÇOS GERAIS LTDA. (GSG), CNPJ nº 00.146.889/0001-10, com sede na Rua Carneiro da Silva, nº 293, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP 05304-030; (viii) WASHINGTON UMBERTO CINEL (sr. Washington), brasileiro, casado, produtor rural e empresário individual, CPF/MF sob o nº 710.159.308-91 e CNPJ/ME nº 52.612.824/0001-16, com domicílio na Rua Tiradentes, nº 2.846, Sala 2, Centro, Uruguaiana/RS CEP 97.501-630; (ix) GOCIL SERVICOS GERAIS NORDESTE LTDA. (GSGN), CNPJ nº 33.931.783/0001-86, com sede na Rua Itagi, 599, Edifício Med Trade & Medical, Quadra nº 0009, lote:25/26, Pitangueiras Lauro de Freitas/BA, CEP 42701370; (x) GOCIL NORDESTE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA. (GNSS), CNPJ nº 06.261.891/0001-16, com sede na Avenida Praia de Pajussara, 177, Quadra nº B003, Lote nº 00107, Vilas do Atlântico Lauro de Freitas/BA, CEP 42708720; (xi) AGROCIN AGROPECUÁRIA LTDA. (Agrocin), CNPJ nº 60.482.429/0001-94, com sede na Estrada Usina São Manoel, s/n, Fazenda Sobrado, São Manuel/SP, CEP 18650-000; (xii) NOVA OLINDA SPE LTDA. (Nova Olinda), CNPJ nº 43.573.834/0001-07, com sede na Fazenda Nova Olinda, Zona Rural, Município de Balsas/MA, CEP 65800-000; e (xiii) BRANGUS BRASIL AGROPECUÁRIA LTDA. (Brangus), CNPJ nº 05.513.150/0001-12, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.081, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01452-001, integrantes do mesmo grupo econômico, denominado Grupo Handz. Por decisão de fls. 4398/4402, foi determinada a realização de constatação prévia. Laudo às fls. 4675/4756. Manifestação do Banco do Brasil, às fls. 4757/4762, apontando aspectos que impedem o deferimento do processamento da recuperação em favor de Washington e requerendo a complementação do laudo de constatação. As recuperandas apresentaram petição com requerimento de emenda à inicial (fls. 4757/4767), o que foi objeto de apreciação às fls. 4793/4794. Novo pedido de emenda à inicial às fls. 4859/4869, para apresentação de documentos relacionados à regularidade da atividade do produtor rural, quais sejam, comprovante de inscrição do requerente Washington na Junta Comercial; e o balanço patrimonial especial, referente ao exercício de 2023. Também foi apresentado requerimento de retificação das relações de credores. O Banco Sofisa S/A, às fls. 5079/5096, apontou óbices ao deferimento do processamento. Também se manifestaram o Banco Votorantim S/A (fls. 5113/5124), o Banco Safra S/A (fls. 5278/5291) e o Itaú Unibanco S/A, igualmente apontando impedimentos ao deferimento do processamento. 2.1. Recebo a petição de fls. 4859/4869 como emenda à inicial. Anote-se. 2.2. Da competência Nos termos do art. 3o., da Lei 11.1010/2005, a recuperação judicial será processada no juízo do local do principal estabelecimento do devedor. Sendo o pedido formulado em litisconsórcio, será processado no juízo do local do principal estabelecimento entre os dos devedores (art. 69-G, parágrafo 2o). No caso dos autos, de acordo com o laudo de constatação prévia e os documentos juntados com a inicial, o produtor rural Washington Cinel atua em distintas localidades, nas regiões Sul, Sudeste Nordeste, o que também se dá no segmento de prestação de serviços. A administração, contudo, está centralizada em São Paulo, como apontado no laudo de constatação. Em se tratando se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

atividades espalhadas pelo Brasil, com direção em São Paulo, considera-se aqui situado o local do principal estabelecimento e competente este juízo. 2.3. Dos requisitos legais para o deferimento do processamento da recuperação judicial. O artigo 48 da Lei 11.101/2005 enuncia os requisitos para um devedor requerer recuperação judicial. Já o art. 52 da Lei 11.101/2005 dispõe que, estando em termos a documentação exigida no artigo 51, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial. Em se tratando de pedido formulado sob consolidação processual, os requisitos legais devem ser preenchidos por cada um dos devedores, integrantes de grupo sob controle societário comum (art. 69-G). De acordo com o laudo de constatação, as pessoas jurídicas que compõem o polo ativo preenchiam os requisitos legais para o pedido. No entanto, o produtor rural Washington só teria obtido o registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul após a distribuição do pedido, o que deveria levar ao indeferimento do pedido por ele formulado, por violação ao disposto no art. 48, "caput, da Lei 11.101/2005 e à tese sufragada pelo Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "ao produtor rural que exerça sua atividade de forma empresarial há mais de dois anos é facultado requerer a recuperação judicial, desde que esteja inscrito na Junta Comercial no momento em que formalizar o pedido recuperacional, independentemente do tempo de seu registro. Porém, qual o efeito prático de indeferir-se a inicial de Washington sob o fundamento de que, na data do pedido, ainda não havia feita a inscrição, justamente agora em que ele está inscrito e cumpriu o requisito legal? O ajuizamento de outro pedido pelo mesmo devedor, com alegação de conexão e requerimento de tramitação conjunta dos processos. Trata-se de uma solução sem o menor sentido prático e que compromete as vantagens do instituto da consolidação processual. Diante de tal quadro, e considerando que o produtor rural está em atividade há mais de 2 anos e já inscrito no registro público de empresas, Washington preenche os requisitos do art. 48, assim como as requerentes pessoas jurídicas. Quanto à suposta impossibilidade de processamento do pedido por inexistência de crise por determinadas devedoras, e pelo próprio Washington, tese sustentada por alguns bancos em suas manifestações iniciais, não pode ser aceita. Como bem observa Pedro Bortolini, em obra essencial sobre o tema, "uma empresa aparentemente saudável em princípio sem necessidade ou direito de se valer da recuperação judicial poderá estar em situação de crise por conta da exposição, ainda que meramente potencial, às dificuldades experimentadas pelas demais empresas do grupo, resultando dessa particular circunstância o preenchimento do requisito objetivo que a autoriza a pleitear a recuperação judicial" (Recuperação Judicial dos grupos de empresas: aspectos teóricos e práticos da consolidação processual e substancial Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2023, p. 120). No caso dos autos, a petição inicial aponta que Washington é produtor rural, controla as sociedades que prestam serviços de vigilância e segurança, ao passo que outras pessoas da família controlam as sociedades proprietárias de fazendas arrendadas a Washington. Há garantias prestadas pelas sociedades do setor de segurança e agropecuário em operações em que o devedor é Washington, que, por sua vez, garante obrigações das mesmas sociedades. O insucesso da atividade agropecuária pode resultar em deterioração dos demais negócios. A crise experimentada pelas sociedades repercute em Washington e vice-versa. Diante de tal contexto, não se pode isolar uma sociedade ou mesmo o devedor Washington, de modo a focar apenas a sua situação patrimonial e financeira, mas encarará-los como integrantes de um conjunto de devedores que devem ter seu pedido de processamento conjunto, para que a crise possa ser superada de forma mais eficiente, concentrando-se em um único processo as informações sobre todos os devedores, de forma a garantir as mesmas oportunidades a todos os credores, com um único administrador judicial. É verdade que, distintamente das demais sociedades controladas pela devedor Maná, que arrendam terras para a produção rural capitaneada por Washington em Balsa (MA), Botucatu (SP) e Uruguaiana (RS), a sociedade Villa Tabatinga tem sua sede em Caraguatuba, litoral paulista,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

sem atividade agropecuária. Mas por aparentemente ter um ativo relevante, que poderá ser utilizado para pagamento dos credores nos termos do plano, ou em caso de falência, há sentido econômico em deferir-se o processamento em a sociedade no polo ativo, ao contrário do que sustenta um credor (fls. 5501). Outra matéria suscitada por alguns credores e que não impede o deferimento do processamento diz respeito a supostas inconsistências contábeis, ou seja, dívidas não teriam sido contabilizadas em 2022 e agora foram incluídas no balanço. Nos termos da lei, contudo, preenchidos os requisitos dos arts. 48 e 51 da Lei 11.101/2005, é o que basta para o deferimento do processamento da recuperação judicial. Se o novo balanço retrata a realidade patrimonial, e não o de 2022, será apurada a causa. Caso detectada alguma fraude, poderá ser responsabilizado civil e criminalmente o seu autor, sem prejuízo de eventual aplicação do art. 64 da Lei 11.101/2005, com o afastamento dos controladores e administradores. Não é caso, contudo, de indeferimento da inicial. A inicial também aponta as causas da crise forma adequada e a necessidade da recuperação, não havendo razão para maior detalhamento, pois os credores podem examinar as demonstrações financeiras e constatar se o diagnóstico da crise pelas devedoras está correto ou não, aprovando ou rejeitando o plano de recuperação a ser apresentado. Assim, diante das informações contidas na petição inicial e dos documentos juntados na emenda pelas recuperandas, é caso de deferimento do processamento dos pedidos de recuperação judicial de forma conjunta, em um único processo, com economia de despesas e esforços, o que não resulta em consolidação substancial. A reunião dos ativos de todas as devedoras para pagamento dos seus credores, a apresentação de um plano unitário e a votação do referido plano em única deliberação depende de decisão judicial que imponha tal medida, após manifestação do administrador judicial a respeito.

3. Deferimento Sendo assim, estando preenchidos os requisitos legais, **DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL** de (i) HANDZ PARTICIPACOES S.A.; (ii) VILLA TABATINGA IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA.; (iii) ELAH AGROBUSINESS AGROPECUARIA LTDA.; (iv) MANÁ IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA.; (v) GOCIL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.; (vi) GOCIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.; (vii) GOCIL SERVIÇOS GERAIS LTDA. (GSG); (viii) WASHINGTON UMBERTO CINEL; (ix) GOCIL SERVICOS GERAIS NORDESTE LTDA.; (x) GOCIL NORDESTE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.; (xi) AGROCIN AGROPECUÁRIA LTDA.; (xii) NOVA OLINDA SPE LTDA.; e (xiii) BRANGUS BRASIL AGROPECUÁRIA LTDA.

4. Administradora Judicial **Nomeio como Administradora Judicial LINDOSO E ARAÚJO CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**, CNPJ 14.553.159/0001-48, representada por José Luiz Lindoso da Silva, inscrito no CORECON/PE n. 4819, com endereço à Av. Paulista nº 1636, sala 1504, São Paulo/SP, cep 01310-200, e endereço eletrônico grupohandz@lindosoearaujo.com.br, que, em 48 horas, prestará compromisso, e, juntará o respectivo termo de compromisso devidamente subscrito nesses autos digitais, e, em 15 dias, apresentará proposta de trabalho e de remuneração, bem como, apresentará primeiro relatório, diretamente nos autos principais. Os demais relatórios mensais das atividades da recuperanda deverão ser apresentados nestes autos, para acesso mais fácil pelos credores, sem necessidade de consulta a incidentes. Arbitro em R\$ 50.0000,00 a remuneração pela constatação prévia, quantia a ser paga diretamente pelos recuperandos à Administradora Judicial, no prazo de 5 dias.

5.. Suspensão das execuções (art. 6o., I, II e III). Suspendo as execuções, arrestos, penhoras e demais constrições contra a recuperanda, por credores sujeito à recuperação, pelo prazo de 180 dias, e também o curso dos respectivos prazos prescricionais, permanecendo os autos nos juízos onde se processam, ressalvadas as disposições legais. Caberá às recuperandas a comunicação da suspensão de todas as execuções todos os juízos competentes, informando que as divergências e habilitações devem ser feitas diretamente à administradora judicial, por meio do endereço eletrônico acima indicado. Desde logo, observo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

que o regime jurídico do produtor rural em recuperação judicial prevê, , nos termos do art. 48-A, parágrafo 6o., que "somente estarão sujeitos à recuperação judicial os créditos que decorram exclusivamente da atividade rural e esteja, discriminados nos documentos a que se referem os parágrafos 2o e 3o. do art. 48". Já o art. 49 estabelece que "os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra aos coobrigados, fiadores e obrigados de regresso". Portanto, Washington continua respondendo: a) por dívidas de qualquer natureza assumidas pelas requerentes em recuperação judicial, em que le figure como devedor solidário, avalista ou fiador; b) por dívidas não decorrentes da atividade rural, em que ele é o devedor principal. Portanto, não serão suspensas as execuções, penhoras, arrestos, sequestro e outras medidas contra Washington, por créditos mencionadas em "a" e "b" acima. 6. Ações de conhecimento Quanto às ações de conhecimento ainda não julgadas, quer na Justiça Comum Estadual, quer na Justiça do Trabalho, também o procedimento de inclusão deverá ser feito por meio de requerimento extrajudicial, mediante apresentação da sentença e demais documentos comprobatórios do valor do crédito, pelos credores, diretamente ao administrador judicial, no endereço eletrônico supra informado. O administrador judicial processará o pedido extrajudicialmente, em contraditório, e apresentará seu parecer em juízo, em relatórios mensais. 7. Apresentação de contas Determino às recuperandas apresentação de contas até o dia 30 de cada mês, sob pena de afastamento dos seus controladores e substituição dos seus administradores. Todas as contas mensais deverão ser protocoladas diretamente nos autos principais. Sem prejuízo, às recuperandas caberá entregar mensalmente ao administrador judicial os documentos por ele solicitados e, ainda, extratos de movimentação de todas as suas contas bancárias e documentos de recolhimento de impostos e encargos sociais, bem como demais verbas trabalhistas a fim de que possam ser fiscalizadas as atividades de forma adequada e verificada eventual ocorrência de hipótese prevista no art. 64 da LRF. 8. Edital Expeça-se edital, na forma do §1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com o prazo de 15 dias para habilitações ou divergências por parte dos credores. Todas as habilitações e divergências deverão ser apresentadas diretamente à administradora judicial, por meio do endereço eletrônico grupohandz@lindosoearaujo.com.br , que deverá constar do edital. Concedo prazo de 48 horas para as recuperandas apresentarem a minuta do edital, em arquivo eletrônico. Caberá à serventia calcular o valor a ser recolhido para publicação do edital, intimando por telefone o advogado das recuperandas, para recolhimento em 24 horas, bem como para providenciar a publicação do edital, em jornal de grande circulação na mesma data em que publicado em órgão oficial. 9. Comunicações e Intimações Comuniquem as recuperandas a presente decisão às Fazendas Públicas da União, dos Estados (no de São Paulo, pelo e-mail pgefalencias@sp.gov.br) e Municípios, e às Juntas Comerciais, onde têm estabelecimentos, apresentando, para esse fim, cópia desta decisão, assinada digitalmente, informando-lhes nomes das recuperandas, número do processo, data da distribuição do pedido e data da decisão de deferimento do processamento, bem como seus dados (AJ) e endereço de email, comprovando nos autos o protocolo em 10 dias. 10. Intime-se o Ministério Público. 11. Fls. 5125/5132 e 5203/5209 (SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E SIMILARES DE SÃO PAULO SEEVISSP e FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA, TRANSPORTE DE VALORES, SIMILARES E AFINS DO ESTADO DE SÃO PAULO-SP - "FETRAVESP, pedem sejam admitida sua intervenção no processo, bem como sua participação na AGC e se manifestar): Anote a z. Serventia. Manifeste-se a Administradora Judicial. Int." **CERTIFICA QUE**, por r. decisão proferida em **30/10/2023** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. 1 Fls. 5516/15519 (Requerem as devedoras a revogação da decisão de fls. 5486/5487, a determinação para a retirada do segredo de justiça sobre a petição de fls. 5316/5327 e a concessão de prazo de 10 dias para manifestação sobre o pedido de fls.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

5316/5327): Primeiramente, retire- o segredo de justiça da petição de fls. 5316/5327, pois não há fundamento para tanto. Indefiro o pedido de revogação da decisão de fls. 5486/5487 porque, ao menos por ora, parecem presentes o "fumus boni iuris" e o "periculum in mora" que a determinaram a cessação da conduta da devedora, consistente em fraudar a garanta concedida ao banco. Concedo o prazo de 10 dias para as devedoras se manifestarem sobre o pedido e a decisão judicial. 2 - Fls. 5530 (BANCO BRADESCO S/A) 5440/5441 (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A.): Ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização, sendo o caso. Int." **CERTIFICA QUE**, por r. decisão proferida em **08/11/2023** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Aprecio os pedidos formulados pelas Recuperandas, em razão da urgência. Após, tornem conclusos para exame dos pedidos pendentes. 1. Fls. 5773/5780 (recuperandas noticiam iminente interrupção no fornecimento de água e energia elétrica e o bloqueio ao acesso de contas bancárias): 1.1. Informam as recuperandas que estão na iminência de ter o fornecimento de água e energia elétrica suspenso. Nos termos do art. 49 da Lei 11.101/2005, sujeitam-se à recuperação judicial "todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos". Na interpretação desta norma, frente à interrupção de serviços públicos em virtude do inadimplemento de devedoras em recuperação judicial, o E. TJSP já assentou que a falta de pagamento das contas de luz, água e gás anteriores ao pedido de recuperação judicial não autoriza a suspensão ou interrupção do fornecimento (Súmula 57). Portanto, declaro a impossibilidade de qualquer interrupção ou suspensão do fornecimento de água ou energia elétrica às sedes e filiais das Recuperandas exclusivamente em razão do não pagamento de valores sujeitos à Recuperação Judicial (isto é, por serviços prestados em data anterior à do pedido), sob pena de multa diária no montante de R\$ 10.000,00, em caso de descumprimento, servindo esta decisão como ofício, a ser endereçado diretamente pelas Recuperandas às concessionárias. Ressalvo que não há ilegalidade na interrupção por débitos não pagos, relativos a serviço prestados após a data do pedido. 1.2. Noticiam as Recuperandas que, a partir do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, o Banco Safra, injustificadamente, bloqueou seu acesso a algumas das contas bancárias detidas junto à instituição financeira. Tal conduta pode resultar em prejuízo à atividade das Recuperandas, impossibilitando movimentação financeira indispensável à continuidade do negócio que se pretende recuperar. Sendo assim, determino ao Banco Safra o imediato restabelecimento do acesso às contas bancárias das Recuperandas contas de titularidade da Agrocin Agropecuária Ltda. (agência nº 0115, conta nº 251324-6), Elah Agrobusiness Agropecuária Ltda. (agência nº 0115, conta nº 252395-1), Gocil Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. (agência nº 0097, conta nº 25866-6) e Gocil Serviços Gerais Ltda. (agência nº 0097, conta nº 25893-3) , bem como determino às demais instituições financeiras que não impeçam o regular acesso das Recuperandas a contas bancárias de sua titularidade. 2. Fls. 5955/5964 (recuperandas pedem seja declarada a impossibilidade do vencimento antecipado de dívidas do Grupo Handz com fundamento no ajuizamento da Recuperação Judicial, com a liberação dos valores excedentes às parcelas vencidas dos contratos garantidos por cessão fiduciária e a vedação à realização de novas retenções de valores em excesso), 5965/5969 (recuperandas reiteram pedido de liberação das travas bancárias, com a finalidade de pagamento dos salários dos colaboradores referente mês de novembro/23), 5992/6004 (ITAÚ UNIBANCO S.A. requer seja rejeitado o pedido das Recuperandas, pois o Juízo da recuperação não seria competente para tratar sobre créditos extraconcursais. Na hipótese de o pedido ser conhecido, requer seja declarada a legalidade do vencimento antecipado da dívida, seja em razão do pedido de Recuperação Judicial ou pelas demais hipóteses previstas contratualmente, assim como por não poder ser considerado dinheiro bem de capital, rejeitando-se o pedido de restituição dos valores retidos e/ou amortizados pelo Itaú Unibanco): 2.1. Noticiam as Recuperandas que algumas instituições financeiras, em virtude


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, deram por antecipadamente vencidas obrigações contraídas em contratos garantidos por recebíveis cedidos fiduciariamente. Sustentam a ilegalidade deste procedimento, porque as obrigações exigíveis após o ajuizamento têm sido amortizadas, com a aplicação dos recebíveis ofertados em garantia, de modo que não há inadimplemento a justificar o vencimento antecipado. Um dos bancos aos quais foi imputada tal conduta, o Itaú Unibanco, alegou a incompetência do juízo para julgar tal questão e, ainda, a validade da cláusula de vencimento antecipado. Não obstante os créditos do Itaú Unibanco, e dos demais credores fiduciários apontados pelas Recuperandas, não estejam sujeitos à recuperação, esta circunstância não é suficiente para afastar a competência deste juízo para exame dos efeitos das cláusulas de vencimento antecipado. A Lei 11.101/2005 estabelece a competência do juízo da recuperação para decidir sobre temas relacionados a créditos não sujeitos, como, por exemplo, na situação de impossibilidade de retirada de bens de capital essenciais à atividade do devedor, durante o período de suspensão das execuções por 180 dias. Busca-se, com tal medida, reequilibrar os interesses do credor fiduciário e dos demais credores, de modo a impedir que a retirada de bens essenciais possa comprometer o valor da organização empresarial e impossibilitar a negociação do plano de recuperação com os credores sujeitos. A aplicação de cláusula de vencimento antecipado, por credor não sujeito, pode resultar na mesma situação que a Lei 11.101/2005 procura evitar, consistente na perda de valor da organização empresarial durante a negociação. Se a cláusula vier a ser aplicada de forma abusiva, poderá comprometer a atividade da devedora e com isso prejudicar a própria finalidade da recuperação judicial. Portanto, deve ser afirmada a competência deste juízo para examinar se a aplicação da cláusula deve ou não ser mitigada. Bem a propósito, adverte a doutrina, "[e]m casos especiais, quando a cláusula impuser ônus excessivo à recuperanda, poderá o juiz examinar sua validade e eficácia à luz do princípio da preservação da empresa. Da mesma forma, nas hipóteses em que a obrigação não se sujeitar à recuperação judicial há que se examinar as particularidades do caso concreto, não sendo razoável admitir, em regra, que a cláusula de vencimento antecipado inviabilize por completo o esforço recuperatório (especialmente quando há garantias envolvidas)" (SCALZILLI, João Pedro, SPINELLI, Luis Felipe, TELLECHEA, Rodrigo. *Recuperação de Empresas e Falência: teoria e prática na Lei 11.101/2005*. São Paulo: Almedina, 2023. 4ª ed. Revista, atualizada e ampliada. p. 719-720). No caso dos autos, a aplicação da cláusula de vencimento antecipado revela-se incompatível com a finalidade da recuperação judicial e a peculiar situação dos credores fiduciários. Se os recebíveis têm servido à amortização dos empréstimos nos termos contratados, não há inadimplemento a justificar o vencimento antecipado do total devido. Se todos os recebíveis forem imediatamente retidos pelos credores, sem respeitar os termos contratados, não haverá possibilidade de recuperação, pois as Recuperandas não terão recursos disponíveis para a continuidade da operação (pagamento de salários, aquisição de insumos, despesas com manutenção de equipamentos). Com isso, os serviços deixarão de ser prestados, e, desse modo, os recebíveis deixarão de existir, com prejuízo não só aos credores sujeitos, mas igualmente aos credores fiduciários. Sendo assim, considero indevida a retenção da quantia de R\$ 33.769.916,91, em razão do indevido vencimento antecipado de dívidas, e **DETERMINO** a liberação, em favor das Recuperandas, dos valores atualmente retidos pelas instituições financeiras e que excedem o valor das parcelas que lhes seriam devidas na forma dos contratos com elas celebrados, no valor total de R\$ 33.769.916,91, assim divididos: a. R\$ 2.348.408,38 indevidamente retidos na conta nº 25893-3 (agência nº 0097), referente ao contrato nº 007576451, celebrado com o Banco Safra; b. R\$ 2.942.394,41 indevidamente retidos na conta nº 265.688.201-7 (agência nº 0001), referente ao contrato nº 10316673, celebrado com o Banco Votorantim; c. R\$ 391.860,18 indevidamente retidos na conta nº 902474-3 (agência nº 3337), referente ao contrato nº 25.3337.737.0000013-33, celebrado com a Caixa Econômica Federal; d.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

R\$ 14.434.529,69 indevidamente retidos na conta nº 54555- 0 (agência nº 0081), referente ao contrato nº 100122100000500, celebrado com o Itaú Unibanco; e. R\$ 12.356.264,16 indevidamente retidos na conta nº 590963-5 (agência nº 3360-x), referente aos contratos de nº 336.203.614, nº 336.203.635 e nº 336.203.701, celebrados com o Banco do Brasil; f. R\$ 973.595,82 indevidamente retidos na conta nº 08199110- 1 (agência nº 0001), referente ao contrato nº 08199110-1 (agência nº 0001), celebrado com o Daniele Banco; e g. R\$ 322.864,27 indevidamente retidos na conta nº 223927-5 (agência nº 0001), referente ao contrato nº 25491636, celebrado com o Multiplica Crédito e Investimentos. Caberá ao Administrador Judicial fiscalizar a aplicação dos recursos levantados pelas recuperandas, para a continuidade dos negócios, e, oportunamente, apresentar relatório da utilização dos recursos. 2.2. Indefiro o pedido de liberação de recebíveis cedidos fiduciariamente, pelas razões expostas na decisão de fls. 4398/4401. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **13/11/2023** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 5544 e 6050/6054: últimas decisões. 1. Fls. 5545 (Barros Dutra Advocacia), 5558 (Multiplica FIDC), 5659 (Banco Safra), 5741/5746 (Bradesco Saúde S/A), 5755 (Banco Inter S/A), 5760 (Planeta Ambiental Gerenciamento e Transportes de Resíduos Industriais Ltda.), 5769/5770 (Detecta Sistemas Eletrônicos e Tecnologia Ltda), 5988 (CCB Brasil), 6005/6006 (Renato Francisco de Souza e Antonio José dos Santos Júnior), 6056 (recuperandas), 6071/6072 (Syngenta Seeds Ltda.): À z. Serventia, para anotações. 2. Fls. 5656/5657 (Administradora Judicial junta Termo de Compromisso e indica dados de contato): Ciência aos credores, interessados e recuperandas. 3. Fls. 5687/5693 (União Fazenda Nacional): Ciência às recuperandas, que deverão adotar as providências para a regularização do seu passivo fiscal, atentando para a jurisprudência do TJSP (cf. Enunciados XIX e XX) e do STJ (REsp. 2.053.240-SP). À z. serventia, para cadastramento, nos termos requeridos. 4. Fls. 5970/5973 (Banco Votorantim S/A informa a interposição de agravo de instrumento contra a parte da decisão de fls. 5520/5529, que deferiu o processamento da recuperação judicial ao produtos rural Washington Umberto Cinel): Ciente da interposição do agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Observo que a decisão agravada já estabeleceu que Washington: a) responde por obrigações de qualquer natureza assumidas pelas requerentes pessoas jurídicas em recuperação judicial, em que ele figure como devedor solidário, avalista ou fiador; b) responde por dívidas não decorrentes da atividade rural, em que ele é o devedor principal. Portanto, já estão delimitados os efeitos da decisão de deferimento de processamento em relação a Washington. 5. Fls. 6011/6023 (Banco Safra S/A requer seja indeferido o pedido [das recuperandas] para que seja declarada a impossibilidade de vencimento antecipado de dívidas das recuperandas com fundamento no ajuizamento do pedido de recuperação judicial e que seja indeferido o pedido o pedido de liberação dos valores retidos e/ou amortizados pelas instituições financeiras) e 6060/6067 (opõe embargos de declaração contra a decisão de fls. 6050/6054, com efeito infringente): A cláusula de vencimento antecipado, embora não ilícita, pode ensejar a sua utilização de maneira abusiva, como reconhecido na decisão embargada. Nessa linha de entendimento, reconheço que a previsão de manutenção de garantia equivalente a 100% do saldo devedor tem nítido caráter abusivo, violando a finalidade econômica do contrato, privilegiando o credor fiduciário em detrimento da coletividade de credores. A retenção de valor superior a mais do que o necessário à amortização das prestações mensais retira do devedor qualquer perspectiva de recuperação, pois todo o seu faturamento servirá a uma garantia de um saldo devedor não vencido, em prejuízo da manutenção das despesas essenciais à operação. Ademais, a questão acerca da abusividade ou não do exercício do direito ao vencimento antecipado não é, por is só, motivo para que tomadores de serviços rompam o vínculo com as recuperandas. Finalmente, nenhuma das demais hipóteses de vencimento antecipado invocadas pelo credor foram efetivamente por ele suscitadas previamente


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

ao pedido de recuperação. Resta claro que foi o ajuizamento da recuperação que levou o banco a dar por vencido o contrato, de forma abusiva, como já reconhecido. Por tais razões, e pelas anteriormente expostas, rejeito os embargos. 6. Fls. 6055 (Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros pede a retificação do nome da empresa que ajuizou a ação de recuperação judicial): Esclareça a requerente. 7. Fls. 6083/6085 (Recuperandas informam o descumprimento pelo Banco Safra S.A., Banco Votorantim S.A., Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Daniele Banco, Multiplica Crédito e Investimentos, da ordem de liberação de valores retidos, e pedem que seja determinado seu imediato cumprimento, sob pena de imposição de multa) e 6148/6157 (Informam a retenção indevida de valores para quitação de créditos não garantidos por cessão fiduciária, pelo Banco do Brasil e Daniele Banco): Considerando o descumprimento da decisão que determinou a liberação de valores retidos, determino seu cumprimento em 24 horas pelas instituições acima mencionadas, sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00. Quanto à alegada retenção de valores não garantidos por cessão fiduciária, apresente o AJ relatório a respeito no prazo de 48 hs. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **14/11/2023** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 6224-6225: última decisão. 1. Fls. 6227 (Multiplica FIDC comprova depósito judicial): Ciente. Autorizo o levantamento em favor das recuperandas. 2. Fls. 6231-6234 (Administradora Judicial manifesta-se sobre petição de fls. 6148-6157, nos termos da decisão de fls. 6224-6226, item 7): Manifestem-se Banco do Brasil e Daniele Banco em 48 horas. 3. Fls. 6235-6247 (recuperandas manifestam-se sobre a petição de fls. 5316-5327, nos termos da decisão de fls. 5544, requerendo reconsideração da decisão de fls. 5486-5487, revogando-se a ordem de intimação de clientes das Recuperandas para depositarem valores na conta vinculada ao contrato celebrado com o BCGB): As recuperandas alegam que a decisão acima mencionada beneficia o BCGB com uma garantia que não lhe pertence, desviando valores de contratos, referentes a serviços prestados, que são objeto de garantias pertencentes a outros credores. Diante do alegado, apresentem as recuperandas os contratos e os instrumento de cessão fiduciária dos créditos relacionados às fls. 6241/6242. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **17/11/2023** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 6258-6259: última decisão. 1. Fls. 6260-6267 (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL opõe embargos de declaração contra decisão de fls. 6050-6054 e 6224-6226, apontando erro material no número da conta, contradição e omissão da decisão embargada, requerendo que sejam acolhidos, com efeitos infringentes): Manifestem-se as recuperandas e a Administradora Judicial. 2. Fls. 6295-6297 (BANCO DO BRASIL afirma não ter descumprido decisão judicial): Ciente. Manifestem-se as recuperandas. 3. Fls. 6298-6306 (BANCO CAIXA GERAL S/A, diante da manifestação das recuperandas de fls. 6235-6247, pugna pela manutenção da decisão de fls. 5486-5487): Manifestem-se as recuperandas. 4. Fls. 6321 (DANIELE MÚLTIPLO FIDC-NP), 6435 (LEANDRO HENRIQUE DA SILVA), 6451 (COOPERATIVA DE TRANSPORTE DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE TÁXI DE SÃO PAULO COOPER CHAME TÁXI) : à z. Serventia, para anotações. 5. Fls. 6323-6325 (BANCO VOTORANTIM S/A informa interposição de agravo de instrumento contra a decisão de fls. 6050-6054, bem como comprova depósito feito nos autos, em favor das recuperandas): ciente do depósito e da interposição do agravo de instrumento. A decisão não contradiz a anteriormente proferida nem o disposto no art. 49, par. 3o., da Lei 11.101/2005, apenas considera que a aplicação, de forma abusiva, da cláusula de vencimento antecipado, pode ensejar atuação corretiva do juízo da recuperação. Embora os credores que aplicaram tal cláusula não sejam sujeitos à recuperação, a incidência da cláusula tem efeitos sobre a coletividade de credores que se submete a este processo, de modo que a solução pelo juízo da recuperação, e não de forma pulverizada por diferentes juízos em execuções individuais, é a que se mostra mais adequada e eficiente para todos os credores, sujeitos ou não. Quanto à alegação de que o vencimento


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

antecipado não se deu exclusivamente em razão da recuperação judicial, é matéria a ser decidida após manifestação das recuperandas. Até o momento, em um juízo sumário, a convicção formada é de que a de fato a recuperação desencadeou, por si só, o vencimento antecipado. Portanto, mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos Sem pedido de informações, informe o interessado eventual concessão de efeito suspensivo. No silêncio, aguarde-se o resultado do julgamento do recurso e eventual modificação do aqui decidido, informando oportunamente as partes. 6. Fls. 6446 (ITAÚ UNIBANCO S/A informa atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento nº 2305001-53.2023.8.26.0000): Ciente. Cumpra-se a decisão, aguardando-se o julgamento do agravo. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **27/11/2023** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 6498-6500: última decisão 1 Fls. 5125-5202 (SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E SIMILARES DE SÃO PAULO - SEEVISSP) e 5203/5276 (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA, TRANSPORTE DE VALORES, SIMILARES E AFINS DO ESTADO DE SÃO PAULO-SP- FETRAVESP): Trata-se de petições apresentadas por entidades sindicais que visam à autorização do Juízo para representar os integrantes de suas categorias de trabalhadores nestes autos, em especial na Assembleia Geral de Credores, caso porventura venha a ser realizada. O pedido de credenciamento é prematuro. Em caso de eventual realização de Assembleia Geral de Credores, o procedimento para a credenciamento dos Sindicatos de Trabalhadores encontra-se nos §§ 5º e 6º do art. 37 da LRF, conforme bem apontado pela auxiliar deste Juízo em sua manifestação. No mais, ao cartório, para anotações da representação processual. 2 Fls. 6480-6490 (COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ), 6491-6497 (VIEIRA MELO & LIONELLO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S), 6514-6528 (BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS), 6533 (BANCO SAFRA S.A.), 6542-6544 (ALBERT RODRIGO NOGUEIRA), 6603 (CHINA CONSTRUCTION BANK): Ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização, sendo o caso. 3 Fls. 6477-6479 (COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ informa abstenção de interrupção do fornecimento de energia elétrica): Manifestem-se as recuperandas. 4 Fls. 6501-6508 (BANCO SAFRA S.A. informa atribuição de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento nº 2308045-80.2023.8.26.0000), 6545-6552 (BANCO VOTORANTIM S.A. informa a atribuição de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento nº 2307846-58.2023.8.26.0000 e requer a liberação dos valores depositados em juízo): Ciente. Cumpra-se a decisão, aguardando-se o julgamento do agravo. Determino a liberação em favor do Banco Votorantim S.A. do valor por ele próprio depositado, no montante de R\$ 2.942.394,41 e seus acréscimos legais. 5 Fls. 6529-6531 (LEANDRO HENRIQUE DA SILVA informa a apresentação de habilitação de crédito junto ao administrador judicial): Deve o credor aguardar a conclusão da fase administrativa de análise de créditos. 6 Fls. 6534-6537 (recuperandas promovem a juntada da minuta do edital de intimação da 1ª Lista de Credores): À secretaria para dar cumprimento ao item 8 da decisão de fls. 5520-5529, efetuando cálculo do valor a ser recolhido para publicação de edital. Após, às recuperandas para pagamento. 7 Fls. 6553/6554 (DANIELE MÚLTIPLO FIDC-NP informa interposição de agravo de instrumento contra a decisão de fls. 6050/6054 e 6224/6226): ciente da interposição do agravo de instrumento nº 2316841-60.2023.8.26.0000. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Sem pedido de informações, informe o interessado eventual concessão de efeito suspensivo. No silêncio, aguarde-se o resultado do julgamento do recurso e eventual modificação do aqui decidido, informando oportunamente as partes. 8 Fls. 6596/6597 (COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO informa cumprimento da liminar): Ciente. Ciência às recuperandas, Administradora Judicial e interessados. 9 Fls. 6598/6602 (BARROS DUTRA ADVOCACIA opõe embargos de declaração): às embargadas e ao Administrador Judicial, para manifestação, nos termos do art. 1023, §2º, do CPC. 10 Fls.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

6605/6609 (recuperandas pedem autorização para alienação de bens de seu ativo circulante): manifeste-se a Administradora Judicial em 5 dias. 11 Fls. 6618/6620 (COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR informa cumprimento da liminar e pede regularização de sua representação processual): Ciente. Ciência às recuperandas, Administradora Judicial e interessados. Ao cartório, para anotações. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **29/11/2023** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 6631/6633 : última decisão. 1. Fls. 6634/6636 e 7148/7150 (recuperandas noticiam descumprimento da ordem judicial exarada na decisão de fls. 6050/6054. Pede que as concessionárias sejam instadas a restabelecer imediatamente o fornecimento de energia elétrica e água às filiais das recuperandas Gocil Serviços Gerais de Vigilância Ltda. e Gocil Nordeste Sistemas de Segurança, sob pena de multa diária de R\$ 20.000,00): Anoto que a Neoenergia Pernambuco Companhia Energética de Pernambuco informa o cumprimento da liminar às fls. 6596/6597. Assim, esclareçam as recuperandas. Com relação às concessionárias Neoenergia Coelba, Companhia de Água e Esgoto do Ceará, Equatorial Energia Goiás e Enel Distribuição São Paulo, DETERMINO, pelas razões expostas no item 1.1., que restabeleçam, no prazo de 24 horas, o fornecimento de água ou energia elétrica às filiais das Recuperandas exclusivamente em razão do não pagamento de valores sujeitos à Recuperação Judicial (isto é, por serviços prestados em data anterior à do pedido), sob pena de multa diária no valor ora majorado de R\$ 20.000,00, em caso de descumprimento. Servirá esta decisão como ofício, a ser apresentada pelas recuperandas às concessionárias. 2. Fls. 6321 (Banco BS2 S/A): à z. Serventia, para anotações. 3. Fls. 6714 (recuperandas comprovam comunicação do deferimento do pedido de recuperação judicial às Fazendas e Juntas Comerciais): ciente. Ciência à Administradora Judicial e interessados. 4. Fls. 6840/6842 (edital de convocação de credores encaminhado para publicação): junte a z. Serventia aos autos, oportunamente, a publicação no DJe. 5. Fls. 6843/6855 (recuperandas pedem que o Banco Pine S/A seja impedido de consolidar a propriedade dos imóveis de matrículas nº 40.724, 40.725, 40.726, 40.727, 40.728, 40.739, 40.740, 41.117, 43.629 Fazendas Santa Zélia e Tour Passo, porque essenciais à continuidade das atividades e soerguimento das empresas, uma vez que se trata de áreas utilizadas para plantio de arroz e criação de gado): Aparentemente, os imóveis rurais são bens essenciais à atividade empresarial, de modo que, por força do art. 49, par. 3o., da Lei 11.101/2005, não poderiam ser retirados da posse das recuperandas. A consolidação da propriedade, pelo credor fiduciário, é o primeiro passo para a obtenção da posse. Diante disso, a fim de evitar grave prejuízo às recuperandas, determino a suspensão do procedimento de consolidação da propriedade dos imóveis objeto das matrículas acima mencionadas, servindo a presente decisão de ofício ao Registro de Imóveis de Uruguaiana-RS. Em 10 dias, apresente o AJ relatório sobre a essencialidade dos ou não dos imóveis. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, o Edital de Convocação de Credores foi disponibilizado no DJE em 12/12/2023, Caderno Editais e Leilões. **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **18/12/2023** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 7157/7158: última decisão. 1. Fls. 7821/7824 (recuperandas informam o descumprimento pelo Banco Safra da ordem de liberação de valores indevidamente retidos) e 7877 (Banco Safra informa o cumprimento da tutela de urgência): manifestem-se as recuperandas. 2. Fls. 7835/7848 (recuperandas informam que o Banco Bocom BBM vem realizando investidas para consolidação da propriedade do imóvel de matrícula 33.195, do 2º CRI de Botucatu-SP) e 8002/8017 (Banco Bocom BBM S/A alega que, observados os limites estabelecidos pelo art. 49, §3º, da LRE, não há óbice ao prosseguimento do procedimento de consolidação da propriedade, mas concorda que seja mantida a posse atual dos imóveis até a finalização da safra atualmente existente nos imóveis, conforme venha a ser determinado por decisão judicial competente e permitindo a ultimização da colheita existente): manifeste-se a Administradora Judicial. 3. Fls. 7993/7997 (recuperandas pedem, em caráter de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

urgência, a intimação da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para que imediatamente retifiquem os dados cadastrais das recuperandas Gocil Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. e Elah Agrobusiness Agropecuária Ltda., restabelecendo-se o regular acesso dos administradores de referidas empresas às respectivas plataformas de serviços dos órgãos em referência): Indefiro o pedido, haja vista que, não tendo relação direta com o processo de recuperação judicial, a questão deve ser resolvida administrativamente perante a Receita Federal e Fazenda Nacional. 4. Fls. 8118/8121 (recuperandas pedem autorização para constituição de garantia fiduciária sobre bens imóveis de sua propriedade, para garantir o financiamento pactuado com o Banco BS2, nos termos do art. 22, §3º, da Lei 9514/97, e art. 69-C da Lei 11.101/05) e 8247/8250 (manifestação favorável da Administração judicial à autorização pretendida pelas recuperandas): Prematuro o deferimento do pleito sem prévia oitiva dos credores e MP, mormente diante do aparente conflito de normas. Assim, manifestem-se os interessados e MP no prazo comum de 5 dias. Publique-se e, após, retornem conclusos, para análise e decisão das questões pendentes. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **19/12/2023** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 8254/8255: última decisão. 1. Fls. 8257/8261 (recuperandas pedem, nos termos do art. 66 da LRF, autorização para celebrar contrato de financiamento com o Banco BTG Pactual S/A, no valor de R\$ 60.000.000,00, com alienação fiduciária de alguns imóveis rurais das recuperandas, que não se caracterizam como bens essenciais) e 8295/8299 (recuperandas pedem a liberação imediata de recursos retidos por instituições financeiras credoras, com a vinculação, nesta hipótese, dos valores do financiamento DIP para substituição aos valores liberados pelas instituições financeiras): Na esteira da decisão proferida a respeito do pedido de fls. 8118/8121, mostra-se prematuro o deferimento dos pleitos sem prévia oitiva dos credores, Administradora Judicial e MP, mormente diante (i) da alienação fiduciária de imóveis rurais (fls. 8272), cuja eventual essencialidade às atividades das recuperandas deve ser averiguada pela Administração Judicial; (ii) da performance de todas as condições contratuais, para liberação pelo BTG do montante financiado (inclusive ausência de efeito suspensivo em recurso interposto contra a autorização a ser, eventualmente, dada por este Juízo); e (iii) da proteção legal das garantias fiduciárias que se pretende ver liberadas antecipadamente. Assim, manifestem-se credores, AJ e MP, no prazo comum de 5 dias. 2. Fls. 8300/8302 (Neoenergia Pernambuco informa cumprimento da liminar): às recuperandas e à Administradora Judicial. Publique-se e, após, retornem conclusos, para análise e decisão das questões pendentes. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **29/01/2024** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. 1. Fls. 6864/6875 (Di Marino Magazine LTDA), 7064/7147 (Autuori, Burmann Sociedade de Advogados), 7279/7288 (Thais Vieira de Oliveira e outros), 7410/7412 (Fertilizantes Piratini LTDA), 7518/7528 (Coopercitrus Cooperativa De Produtores Rurais), 7577/7615 (TOTVS Large Enterprise Tecnologia S/A), 7625/7650 (Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.), 7714/7746 (Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A), 7747/7761 (Petrelluzzi e Cintra Jr. Sociedade de Advogados), 7762/7820 (Sociedade Alfa LTDA), 7881/7886 (Foguinho Extintores Acessórios Para Segurança LTDA), 7891/7919 (Claro S/A.), 7920/7922 (Daniele Múltiplo FIDC NP), 7923/7957 (Mendes, Moura, Charnet Sociedade De Advogados), 8238/8244 (CPFL Energia), 8308/8345 (Banco CNH Industrial Capital S/A), 8356/8370 (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA), 8422/8499 (Virgo Companhia de Securitização), 8504/8583 (MAV Fiagro Direitos Creditórios), 8592/8663 (Mardisa Veículos S/A), 8683/8732 (Light Serviços De Eletricidade S.A.), 8741/8764 (Banco Guanabara S.A.), 8765/8836 (Banco Luso Brasileiro S.A.), 11.430/11.451 (CCAB Agro S.A.): Ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização, sendo o caso. 2. Fls. 6863 (Bradesco AUTO/RE Companhia de Seguros requer a correção do advogado habilitado), 7176/7178 (Bradesco


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

AUTO/RE Companhia de Seguros requer de imediato o descredenciamento das empresas Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Seguros S.A., Bradesco Saúde - Operadora de Planos de Saúde S/A, Bradesco Saúde S/A e Bradesco Capitalização S.A e a exclusão dos respectivos advogados cadastrados pelo cartório): Conforme painel de partes cadastradas no processo, o credor Bradesco AUTO/RE Companhia de Seguros já é representado pelo Dr. Renato Chagas Corrêa da Silva, pelo que entendo pela perda do objeto da petição de fls. 6863. Quanto ao pedido de fls. 7176/7178, não constam dos autos pedidos de habilitação de Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Seguros S.A., Bradesco Saúde - Operadora de Planos de Saúde S/A, Bradesco Saúde S/A e Bradesco Capitalização S.A, motivo pelo que determino a exclusão dos credores. 3. Fls. 7110/7175 (Vera Lucio do Carmo), 7236/7245 (Jefferson Romualdo), 7702/7706 (João Pedro Franco Sanches), 8733/8740 (Dorival Souza Pereira), 11.424/11.429 (Cauca Sueli Moyses), 11.463/11.468 (Wagner de Oliveira), 11.469/11.473 (Amanda Moreira Joaquim): Requerem os credores que sejam habilitados ou retificados os créditos devidos pelas recuperandas. Devem os credores aguardar a conclusão da fase administrativa de análise de créditos. Ciência à Administradora Judicial. 4. Fls. 8346/8351 (Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais), 8352/8355 (Cooperativa de Crédito Credicitrus), 8371/8380 (SASB Advogados), 8382/8383 (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA): Os credores informam o envio tempestivo de suas respectivas habilitações de crédito à administradora judicial. À auxiliar para ciência. 5. Fls. 7292/7382 (TIM S/A), 8238/8244 (CPFL ENERGIA), 11488/11492 (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia COELBA): Credores informam cumprimento da liminar e requerem sua habilitação nos autos. Ciente. Ciência às recuperandas, Administradora Judicial e interessados. Ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização, sendo o caso. 6. Fls. 7159/7164 (Itaú Unibanco S.A. requer que seja indeferido o pedido contido na petição de fls. 6605/6617, na qual as recuperandas solicitaram autorização para alienação de bens do ativo não circulante, quais sejam uma embarcação e uma aeronave), 7396/7409 (Banco BS2 S.A. requer o indeferimento do pedido de alienação de bens de fls. 6605/6617), 11536/11674 (Banco Luso S.A. também requer o indeferimento do mesmo pedido das Recuperandas): Manifestem-se as recuperandas no prazo de 5 dias; em seguida ao Administradora Judicial, em igual prazo. 7. Fls. 7165/7167 (Banco do Brasil requer que seja indeferido o pedido de fls. 6148/6157 de restituição de valores, haja vista que o valor já foi estornado e de que, ao contrário do que solicita o Administrador Judicial, não há documentos de constituição de garantia de cessão fiduciária cuja análise se faça necessária), 7168 /7170 (Recuperandas, diante da manifestação do Banco do Brasil, requerem a imediata restituição dos valores indevidamente retidos), 7180 (Recuperandas requerem a perda de objeto da petição de fls. 7168/7170 em razão da restituição de todos os valores que se encontravam indevidamente retidos pelo Banco do Brasil S.A.): Ciente da perda do objeto do pedido em relação ao Banco do Brasil. Ciência à Administradora Judicial. 8. Fls. 7181/7218 (Recuperandas promovem a juntada das contas demonstrativas mensais referentes ao mês de outubro de 2023) e 7223/7235 (Recuperandas complementam petição anterior): Ciente. 9. Fls. 7220/7222 (Daniele Múltiplo FIDC NP informa a atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto contra a r. decisão de fls. 6.050/6.054, integrada pela r. decisão de fls. 6.224/6.226): Ciente. Cumpra-se a decisão, aguardando-se o julgamento do agravo. 10. Fls. 7246/7275 (China Construction Bank informa a interposição de agravo de instrumento em face das decisões de fls. 5520/5529 e 6050/6053 e requer o exercício de juízo de retratação): Ciente da interposição do agravo de instrumento. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Sem pedido de informações, informe o interessado eventual concessão de efeito suspensivo. No silêncio, aguarde-se o resultado do julgamento do recurso e eventual modificação do aqui decidido, informando oportunamente as partes. 11. Fls. 7289/7291 (Administradora Judicial


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

apresenta proposta de honorários): Em atenção à qualificação da Administradora Judicial, à complexidade do processo, aos valores praticados no mercado e à capacidade de pagamento da devedora, fixo o valor dos honorários do administrador judicial em R\$ 125.000,00 mensais brutos, pelo prazo inicial de doze meses, período em que a atividade da AJ é mais importante em termos de fiscalização, verificação de créditos e realização da votação acerca do plano. Intimem-se as Recuperandas para que efetuem o pagamento das parcelas vencidas e vincendas diretamente à Administradora Judicial, as quais tem como marco temporal inicial o deferimento desta recuperação judicial. 12. Fls. 7387/7395 (BANCO PINE S.A. opõe embargos de declaração): às embargadas e ao Administrador Judicial, para manifestação, nos termos do art. 1023, §2º, do CPC. 13. Fls. 7413/7517 (Recuperandas prestam esclarecimentos da sua situação fiscal; requerem o levantamento dos valores depositados pelo Multiplica FIDC; manifestam-se sobre os Embargos de Declaração da Caixa Econômica Federal em face da decisão de fls. 6.050/6.054; manifestam-se sobre a petição de fls. 6498/6500 do Banco do Brasil; fazem a juntada dos instrumentos de cessão fiduciária com o BCGC e pedem a reconsideração da decisão de fls. 5486/5487): 13.1 Intime-se a Fazenda Nacional para ciência da manifestação das Recuperandas quanto à sua situação fiscal. 13.2 Em decisão de fls. 6258/6259 foi autorizado o levantamento dos recursos depositados pelo Multiplica FIDC em favor das Recuperandas, as quais solicitam que este levantamento seja realizado pela Gocil Serviços de Vigilância e Segurança Ltda., conforme formulário MLE de fls. 7428, o que fica deferido. 13.3 Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Caixa Econômica Federal em face das decisões de fls. 6050/6054 (abusividade da aplicação de cláusulas de vencimento antecipado) e 6224/6226 (multa diária para as instituições financeiras que se abstivessem de cumprir a determinação deste Juízo). 13.3.1. A Embargante fundamenta seu pedido em suposto erro material na decisão recorrida, vez que a conta bancária de nº 33337 - 902474-3 indicada pelas Embargadas não existiria, sendo o número correto 3337.003.902074-3. Alega também que a decisão recorrida teria sido contraditória na medida em que inexistiu qualquer bloqueio na referida conta, cuja movimentação segue livre em favor das Embargadas, haja vista que na Cédula de Crédito Bancário Capital de Giro nº 25.3337.737.0000013-33 a referida conta bancária está prevista como de livre movimentação. Ainda segundo a Embargante, a decisão objeto do recurso também seria omissa na medida em que não conferiu às partes o contraditório, tendo sequer intimado do administrador judicial a se manifestar. Às fls. 7413/7517 as Embargadas se manifestaram Em síntese, concordaram com a Embargante quanto ao nº da conta, confirmando a numeração 3337.003.902074-3, se opondo quando à ocorrência de suposta contradição quanto à ausência de bloqueio na referida conta, bem como pela ausência de eventual omissão na fixação de multa diária. Segundo as Agravadas, o contrato ora analisado tem relação não somente com a conta mencionada, mas também com a conta de nº 3337/1736-7, na qual realizado o bloqueio de R\$ 1.669.852,45, montante seria três vezes superior às parcelas referentes aos meses de outubro e novembro, o que veio a ensejar o pedido originário. Deste modo, não existiria contradição na decisão embargada, havendo em verdade uma omissão por parte do banco ao afirmar que não houve restrição na primeira conta, o qual teria vindo a ser realizado na segunda conta vinculada ao contrato. 13.3.2. De início, assiste razão à Embargante quanto ao erro material contido na indicação do número da conta bancária em questão. O correto número da conta é o 3337.003.902074-3, devendo a decisão originária ser corrigida nesse sentido, portanto. No que tange aos demais argumentos, entendo não serem suficientes para alterar o mérito das decisões embargadas. Embora a conta bancária originalmente informada não tivesse bloqueada, como informado pelas Embargadas, é certo que o bloqueio de R\$ 1.669.852,45 foi efetivamente realizado na conta de nº 3337/1736-7, como demonstrado pelo extrato de fls. 7508/7509. Também não vislumbro a omissão apontada pela Embargante nas decisões recorridas, vez que


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

ambas foram proferidas em regime de tutela de urgência, sem que seja necessário prévio contraditório. Assim, acolho em parte os Embargos de Declaração apresentados para corrigir o erro material no trecho final do dispositivo da decisão de fls. 6050/6054, onde deverá passar a conter o nº correto da conta bancária informada pelas Embargadas, conforme a seguir: c. R\$ 391.860,18 indevidamente retidos na conta nº 1736-7 (agência nº 3337), referente ao contrato nº 25.3337.737.0000013-33, celebrado com a Caixa Econômica Federal. 13.4 Mediante o depósito do valor de R\$ 12.284.424,30 por parte do Banco do Brasil as Recuperandas informam que todos os valores indevidamente retidos pela instituição bancária foram restituídos conforme exposto em manifestação de fls. 7.180, ocasião em que requereram o reconhecimento da perda do objeto do seu pedido de fls. 7168/7170. Ciente da perda do objeto da petição mencionada. 13.5 Sobre a manifestação de fls. 6298/6306 do BCGB, as Recuperandas alegam que a decisão de fls. 5486/5487 foi genérica, uma vez que os clientes oficiados deteriam diversos contratos com diferentes empresas do Grupo Handz, os quais não teriam seus pagamentos originalmente realizados na conta bancária vinculada ao contrato de financiamento com o BCGB. Igualmente alegam que o Banco deixou de fornecer extrato completo, impossibilitando a identificação dos depósitos realizados pelos clientes. Requerem a reconsideração da decisão de fls. 5486/5487. Mantenho a decisão de fls. 5486/5487 por seus próprios fundamentos, determinando que as Recuperandas informem detalhadamente quais contratos entendem que não tem relação com o BCGB. Determino ainda que o Banco forneça extratos detalhados, informando o autor dos depósitos na conta vinculada ao contrato. Após a conclusão das diligências aqui determinadas, ao AJ para manifestação. 14. Fls. 7529/7550 (Banco do Brasil S.A. informa a interposição de agravo de instrumento em face da decisão de fls. 5520/5529 e requer o exercício de juízo de retratação): Ciente do agravo de instrumento nº 2327316-75.2023.8.26.000. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Sem pedido de informações, informe o interessado eventual concessão de efeito suspensivo. No silêncio, aguarde-se o resultado do julgamento do recurso. 15. Fls. 7553/7576 (Caixa Econômica Federal informa a interposição de agravo de instrumento em face da decisão de fls. 5520/5529): Ciente do agravo de instrumento nº 2327316-75.2023.8.26.000. Sem pedido de informações, informe o interessado eventual concessão de efeito suspensivo. No silêncio, aguarde-se o resultado do julgamento do recurso. 16. Fls. 7651/7701 (Administradora Judicial junta o Relatório Inicial da Recuperação Judicial): Ciente. Ciência às recuperandas e interessados. 17. Fls. 7707/7710 (recuperandas juntam comprovante de recolhimento de custas para publicação Edital de Convocação de Credores expedido às fls. 6841/6842), 7958/7959 (recuperandas juntam cópia da publicação do edital em jornal de grande circulação): Ciente. 18. Fls. 7877/7879 (BANCO SAFRA S.A. informa cumprimento da decisão 6.050/6.054, comprovando o acesso das recuperandas às contas de livre movimentação): Ciente. Ciência às recuperandas. 19. Fls. 7960/7967 (Estado do Paraná exara ciência do deferimento da RJ, informa o saldo devedor que as Recuperandas possuem e requer a intimação para comprovação de regularidade fiscal): Manifestem-se as recuperandas no prazo de 5 dias. 20. Fls. 7968/7992 (Fazenda Pública do Distrito Federal informa inexistência de débitos para com as recuperandas): Ciente. Ciência às recuperandas. 21. Fls. 8117 (Recuperandas noticiam o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica pela Neoenergia Pernambuco, informando a perda do objeto do pedido de fls. 6.634/6.636): Ciente. Ciência à Administradora Judicial. 22. Fls. 8384/8421 (Recuperandas promovem a juntada das contas demonstrativas mensais referentes ao mês de novembro de 2023) e 11.384/11.405 (Recuperandas complementam petição anterior): Ciente. 23. Fls. 8845/11383 (Recuperandas apresentam seu Plano de Recuperação Judicial): Ciente. Ciência à Administradora Judicial, para relatório. 24. Fls. 11406/11418 (Recuperandas requerem seja autorizada a constituição de hipoteca sobre os imóveis de matrículas nº 1.618 (CRI de Alegrete/RS) e nº 43.660 (CRI de Uruguaiana/RS), nos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

termos das Cédulas de Produto Rural celebradas com a Urbano Agroindustrial Ltda): À Administradora Judicial no prazo de 10 dias. 25. Da prorrogação do prazo administrativo para apresentação de habilitações e divergências de crédito: É possível observar das fls. 7179 que o Edital de intimação dos credores foi expedido no dia 13/12/23, de modo a ser iniciado às vésperas do recesso forense, tendo decorrido em grande parte dentro do período mencionado. Assim, este Juízo entende por bem alongar o prazo aqui referido, visando a conferir aos credores maior tempo hábil para a apresentação da competente documentação à administradora judicial. Tal ato há de contribuir para o bom andamento da recuperação judicial, podendo evitar o ajuizamento de habilitações e impugnações de créditos, de modo a beneficiar todos os atores do processo. Neste sentido, nos termos do art. 139, VI, do CPC, prorrogo a fase administrativa de verificação de créditos até o dia 29 de fevereiro de 2024. Int. " **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **26/02/2024** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 11.810/11.818 (última decisão) 1 - Fls. 12.412/12.428 (manifestação do Administradora Judicial sobre a essencialidade do imóvel Fazenda Sobrado, Matrícula nº 33.195 do 2º CRI de Botucatu); Fls. 12.951/12.953 (manifestação das recuperandas pela impossibilidade de consolidação da propriedade do imóvel); Fls. 13.024/13.028; 13.089/13.093 (BOCOM BBM, não se opõe à suspensão da execução do referido imóvel) e Fls. 13.066/13.070 (recuperandas pedem a impossibilidade de consolidação da propriedade e da alienação do imóvel): Informam as recuperandas que, não obstante a pendência de decisão deste juízo sobre a questão, foram surpreendidas com intimação extrajudicial enviada pelo Banco BBM, comunicando a consolidação da propriedade do imóvel e a designação de leilão. O Banco invoca cláusula contratual (fls. 8.057), pela qual teria sido afirmada pelo devedor que o imóvel não seria essencial à atividade, além de veiculada renúncia ao direito previsto no art. 49, par. 3o., da Lei 11.101/2005. No entanto, trata-se de norma que contém proteção indispensável para viabilizar o instituto da recuperação judicial, sem a qual bens de capital essenciais do devedor poderiam ser imediatamente retirados de sua posse, em detrimento da viabilidade de uma negociação benéfica à coletividade de credores. Tratando-se de norma de ordem pública, não pode ser afastada por previsão inserida em contrato de adesão, em que o devedor renuncia à proteção legal e de antemão se sujeita a uma declaração de que o bem não é essencial, no interesse exclusivo do credor fiduciário. Nos termos da Lei 11.101/2005, cabe ao juízo da recuperação decidir sobre a impossibilidade de retirada de bens de capital essenciais às atividades do devedor, pelo credor não sujeito à recuperação. durante o período de suspensão das execuções. É o caso, portanto, de se examinar a questão relativa à essencialidade do imóvel às atividades das recuperandas. Conforme manifestação do administrador judicial de fls. 12.412/12.428, o imóvel rural é essencial às atividades da recuperanda, visto que contribui com quase 10% da produção agrícola do Grupo Handz, com receita total estimada para o ano de 2024 em R\$ 9.072.298,20 (fls. 12.416), de modo que sua alienação poderia frustrar os objetivos da recuperação. Quanto ao fato da suposta operação comercial por terceiro, não retira a natureza de bem de capital essencial do imóvel rural, pois a cana é plantada em terra própria da recuperanda, cabendo o processamento da matéria-prima à usina São Manoel (fls. 12.417), com a obtenção de recursos pelo Grupo Handz, como apontado acima. Por outro lado, o Banco Bocom BBM, em sua manifestação mais recente, não se opôs à suspensão da alienação do imóvel durante o stay period, mas tão somente ao pedido de reversão da consolidação da propriedade, sob a alegação de que tal ato não traz prejuízos às recuperandas. No entanto, é sabido que a consolidação é o primeiro passo para o devedor perder a posse, pois será na sequência levado o imóvel a leilão, com risco de arrematação por terceiro, com direito a ingressar na posse do bem adquirido. Cabia ao Banco, ao tomar conhecimento do ajuizamento da recuperação, não adotar medidas que, ao fim e ao cabo, resultariam na retirada da posse de bem de capital essencial da recuperanda. Vale notar que antes da consolidação da propriedade o Grupo Handz já havia


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

sucitado nos autos a impossibilidade de iniciar-se o procedimento, pois ele resultaria na consolidação, expropriação e perda da posse. Bem por isso, deve-se desde logo não suspender o leilão, em virtude do risco iminente de alienação, mas também considerar indevida a consolidação da propriedade. Serve a presente decisão de mandado ao 2º RI de Botucatu para reversão da consolidação da propriedade do imóvel objeto da matrícula nº 33.195, bem como de ofício ao leiloeiro, para suspensão do leilão. 2 - Fls. 13.122/13.125 (requerimento do Administrador Judicial, no sentido do deferimento da petição de fls. 7993/7997, para informar-se à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que a administração das devedoras não é atribuição do Administrador Judicial. Requer ainda seja prestada tal informação às Juntas Comerciais): Defiro. Nos termos da Lei 11.101/2005, o ajuizamento da recuperação judicial não afeta os poderes conferidos aos seus administradores. O administrador judicial, por sua vez, tem funções fiscalizatórias e de auxiliar do juízo, não substituindo a figura dos administradores sociedades em recuperação judicial. Diante disso, a fim de evitar prejuízo às recuperandas e ao Administrador Judicial, este juízo informa que: a) a administração de (i) HANDZ PARTICIPACOES S.A.; (ii) VILLA TABATINGA IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA.; (iii) ELAH AGROBUSINESS AGROPECUÁRIA LTDA.; (iv) MANÁ IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA.; (v) GOCIL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.; (vi) GOCIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.; (vii) GOCIL SERVIÇOS GERAIS LTDA.; (viii) WASHINGTON UMBERTO CINEL; (ix) GOCIL SERVICOS GERAIS NORDESTE LTDA.; (x) GOCIL NORDESTE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.; (xi) AGROCIN AGROPECUÁRIA LTDA.; (xii) NOVA OLINDA SPE LTDA.; e (xiii) BRANGUS BRASIL AGROPECUÁRIA LTDA. não é exercida pelo Administrador Judicial LINDOSO E ARAUJO CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.; b) a decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial não alterou a administração e representação de referidas sociedades por seus administradores anteriores. Serve esta decisão como ofício a ser entregue pelas Recuperandas e/ou Administrador Judicial diretamente à Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Juntas Comerciais ou qualquer outro órgão que equivocadamente atribua a administração ou representação das recuperandas acima mencionadas à Administração Judicial. Publique-se e retornem conclusos para apreciação das demais questões pendentes. Int. **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **12/03/2024** pelo MM. Juiz foi dito que: " Vistos. Fls. 11.810/11.818; 13.151/13.154 (últimas decisões) 1 - Fls. 11865/11879 (I.P Cleaning Indústria e Comércio LTDA); 12145/12155 (Espólio de Jorge Ribeiro da Rocha); 12156 (Roberto dos Santos Bento); 12462/12476 (Banco Santander BRASIL S.A.); 12701/12736 (Mark Rental Transportes e Locações LTDA); 12880/12886 (Thais Vieira De Oliveira e outros); 12913/12925 (Directnet Prestação de Serviços LTDA); 13130 (Mauro Fernando dos Santos); 13131/13143 (Dari Edson Gonçalves da Silva e Thiago Ricardo Durski Poletto Detsch); 13303/13309 (Luciano Oliveira Queiroz); 13322/13329 (Thiago Silva Cardoso); 13371/13395 (Unifardas Confecções Do Brasil Ltda); 13396/13462 (TOTVS Large Enterprise Tecnologia S/A): Ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização, sendo o caso. 2 - Fls. 11845/11853 (Joyce Chaves Rocha); 11859/11864 (Antonio Jose dos Santos Junior); 12135/12142 (Flavia Regina Alves Soares); 12145/12155 (Espólio de Jorge Ribeiro da Rocha); 12170/12174 (Luana dos Santos Mendes); 12045/13065 (Fabiano Gomes Ribeiro); 13144/13150 (Amarilis de Mattos Romanholi); 13.778/13.779 (Marcelo Ferreira Bomfim); 13.800 (Raluel Comercio Ltda.): Requerem os credores sejam habilitados ou retificados seus créditos. Aguardem a conclusão, pelo Administrador Judicial, da análise dos créditos oriundos dos pedidos requeridos ainda na fase administrativa. 3 - Fls. 11406/11418 (Recuperandas solicitam autorização para onerar bens de seu ativo não circulante); 12457/12461 (Banco Luso requer que seja indeferido o pedido), 13155/13168, item 1 (AJ não se opõe ao deferimento da medida): As Recuperandas solicitam


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

autorização deste Juízo para onerar dois imóveis de sua propriedade, em garantia de operação de venda de arroz com a empresa Urbano Agroindustrial Ltda., tendo em vista o caput do art. 66 da Lei 11.101/2005, fazendo a juntada das CPR's que documentam o negócio às fls. 11409/11413 e 11414/11418. Considerando a manifestação do Administrador Judicial item 1 de fls. 13.155/131668 -, que aponta ser a operação benéfica ao fluxo de caixa da devedora, que o vencimento se dará em curto prazo e que os bens oferecidos em garantia têm valor superior ao da dívida, mas sem qualquer excesso injustificado, autorizo a oneração, com prestação de contas diretamente ao administrador judicial, que, em 30 dias após a conclusão da operação, apresentará relatório acerca da destinação dos recursos. 4 - Fls. 11819/11832 (Administrador Judicial apresenta o relatório do plano de recuperação judicial): Ciente. Ciência às Recuperandas, aos credores e eventuais interessados. 5 Fls. 11880/11919 (Agrofel Agro Comercial S.A. apresenta objeção ao plano de recuperação judicial): às Recuperandas. 6 Fls. 11921/12019 (Recuperandas juntam contas demonstrativas mensais referentes a dezembro de 2023); 13331/13364 (Recuperandas juntam contas demonstrativas mensais referentes a janeiro de 2024): Ciência aos credores. 7 - 12020/12050 (Recuperandas noticiam a apropriação indevida de valores sujeitos à recuperação por Autuori Burmann Sociedade de Advogados, requerendo seja determinada a imediata restituição do montante apropriado); 12906/12908 (AJ opina pela devolução dos valores): O Administrador Judicial confirmou que o credor está inscrito na lista de credores. Não pode o credor sujeito à recuperação, como o titular de honorários já devidos antes da data do pedido, se valer de meios próprios para obter a satisfação de crédito. Por isso, acolho o pedido das recuperandas, para Autuori Burmann Sociedade de Advogados restituir diretamente às Recuperandas os valores indevidamente retidos referentes a créditos originados antes do pedido de recuperação judicial. 8 Fls. 12081/12089 (Recuperandas requerem autorização para alienação de bens de seu ativo não circulante) fls. 13155/13168, item 2 (AJ não se opõe): As Recuperandas buscam a autorização deste Juízo para a alienação de parte de seu ativo não circulante, no caso, armas de fogo e motos. O administrador judicial não se opôs ao deferimento da medida, registrando que a operação compreende a venda de 11 motos e 222 revólveres, apontando a utilidade da medida. Ante o exposto, autorizo a alienação, com prestação de contas diretamente ao administrador judicial, que, em 30 dias após a conclusão da operação, apresentará relatório acerca da destinação dos recursos. 9 Fls. 12090/12132 (Fundação Universidade de Caxias do Sul- FUCS requer sejam descontados dos valores pagos às recuperandas o montante da condenação em processos trabalhistas, bem como as quantias de futuras condenações): Às Recuperandas e ao administrador judicial em prazo sucessivo de 5 dias. 10 Fls. 8118/8121 (Recuperandas requerem seja autorizada a alienação fiduciária de imóveis de sua propriedade, para garantir o financiamento DIP pactuado com o Banco BS2); 8257/8261 (Recuperandas requerem seja autorizada a celebração de contrato de financiamento DIP com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$ 60.000.000,00); 8295/8299 (Recuperandas complementam a petição de fls. 8257/8261, requerendo a liberação imediata de recursos retidos por instituições financeiras credoras, com a vinculação, nesta hipótese, dos valores do financiamento DIP para substituição aos valores liberados pelas instituições financeiras); 12175/12179 (Fertilizantes Piratini); 12180/12409 (Suzano S.A.); 12439/12442 (CEF); 12448/12456 (Banco Votorantim S.A.); 12457/12461 (Banco Luso); 12477/12481 (Itaú Unibanco S.A.); 12488/12559 (Banco Safra S.A.); 12560/12700 (Banco Pine) 12737/12830 (Banco do Rio Grande do Sul) se opõem ao pedido; 13365/13370 (Recuperandas prestam esclarecimentos acerca da destinação dos recursos provenientes do contrato de financiamento a ser celebrado com o Banco BTG Pactual S.A.): Manifestem-se as Recuperandas acerca das oposições dos credores. Após, ao Administrador Judicial, para parecer conclusivo, considerando a necessidade do financiamento, a destinação dos recursos que as Recuperandas pretendem captar, a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

capacidade de pagamento, bem como os valores dos bens ofertados em garantia. 11 - Fls. 12411 (Ministério Público de São Paulo se manifesta acerca de diversos temas): O Parquet apresenta parecer, não se opondo ao pedido do administrador judicial de intimação da credora Sifra Serviços de Crédito Ltda., tomando ciência da decisão de fls. 11.810/11.818 e aguardando a efetivação das medidas nela determinadas, rogando pela intimação dos credores e interessados do Relatório do Plano de Recuperação Judicial acostado às fls. 11.819/11.832, pugnando por nova vista posterior. Após decurso do prazo da intimação acima - item 4 -, determino a remessa ao MP. 12 - Fls. 12412/12438 (Administrador Judicial se manifesta sobre as decisões de fls. 8254/8255, 8306/8307 e 11810/11818): Ciente. 12.1 - Do item 2 da decisão de fls. 8254/8255: Consolidação da propriedade fiduciária pelo credor Bocom BBM S.A., questão decidida em decisão de fls. 13151/13154. 12.2 - Do item 1 da decisão de fls. 8306/8307: DIP firmado junto ao Banco BTG S.A., tema abordado no item 10 desta decisão. 12.4 - Do item 6 da decisão de fls. 11810/11818: Administrador Judicial aguardava manifestação das partes quanto ao pedido de alienação embarcação da marca AZIMUT e da aeronave Modelo 45 330 Learjet. Tema analisado no item 14.2 desta decisão. 12.5 - Do item 12 da decisão de fls. 11810/11818: Administrador Judicial aguardava manifestação das partes quanto aos Embargos de Declaração do Banco Pine S.A., tema analisado no item 14.3 desta decisão. 12.6 - Do item 13.5 da decisão de fls. 11810/11818: Administrador Judicial aguardava o cumprimento da mencionada decisão pelas Recuperandas e pelo Banco Caixa Geral do Brasil, com este tema sendo analisado no item 14.4 desta decisão. 13 - Fls. 12482/12487 (Recuperandas se manifestam acerca de diversos temas): 13.1 - Decisão de fls. 6.631/6.633, itens 3, 8 e 11 e decisão de fls. 8.306/8.307, item 2": Recuperandas informam sua ciência acerca do restabelecimento do fornecimento de energia elétrica pela Companhia Paulista de Força e Luz, Companhia Energética de Pernambuco e Companhia de Saneamento do Paraná SANEPAR: Ciente. 13.2 - Da decisão de fls. 6.631/6.633, item 9": requer a rejeição dos embargos de declaração opostos por Barros Dutra Advocacia, haja vista a inexistência da omissão alegada pela Embargante: Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Barros Dutra Advocacia às fls. 6.598/6.602 em face da decisão de fls. 5.520/5.529, que deferiu o processamento desta Recuperação Judicial, alegando que não teriam sido juntados os documentos de que tratam os incisos IV e VI do artigo 51 da Lei 11.101/2005 de modo que este Juízo teria sido omissor. Diante da No item 2, da manifestação de fls. 11748/11754, item 2, do Administrador Judicial, e de fls. 6.631/6.633, das Recuperandas, verifica-se que estava suficientemente instruída a petição inicial, razão pela qual rejeito os embargos. 13.3 Recuperandas comunicam a perda do objeto do pedido de fls. 7.821/7.834, diante do restabelecimento, pelo Banco Safra S.A., do acesso às contas bancárias de titularidade das Recuperandas: Ciente. 14 - Fls. 12837/12867 (Recuperandas, em atenção aos itens 5, 6, 12, 13.5 e 19 da r. decisão de fls. 11.810/11.818, se manifestam acerca de vários temas): 14.1 Fls. 7292/7293 (TIM S.A.); 8238/8244 (CPFL Energia); 11488/11489 (Coelba): No item 3.1 da manifestação de fls. 13155/13168, o Administrador Judicial reconhece a gravidade da condição imposta às Recuperandas pela concessionária, destaca que a elevação da multa diária para o patamar solicitado poderia implicar também na majoração do prejuízo da Coelba que já é credora desta recuperação judicial, relembrando as informações prestadas pela Neoenergia Pernambuco - Companhia Energética de Pernambuco, e requer a intimação das devedoras para que informem os CNPJ's das filiais que se encontram com o fornecimento de serviços cortados. Defiro. Informem as recuperandas o quanto solicitado pelo AJ. Após, será intimada a concessionária para cumprir a determinação no prazo de 48 horas, sob pena de majoração da multa-diária fixada. 14.2 - Itaú Unibanco S.A. (fls. 7.159/7.164), Banco BS2 S.A. (fls. 7.396/7.409), Banco Luso S.A. (fls. 11.536/11.674) e Fertilizantes Piratini Ltda. (fls. 11.741/11.747) se opõe à alienação da embarcação e da aeronave, em conjunto com a petição de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

fls. 12951/13023 da Sifra Serviços de Crédito Ltda., item 3.2 da manifestação do administrador judicial de fls. 13155/1316: As recuperandas se manifestaram acerca das oposições apresentadas pelos credores à sua pretensão de alienação da embarcação da marca AZIMUT e da aeronave Modelo 45 330 Learjet. Diante da petição de fls. 13.293/13.298, as Recuperandas desistiram da venda da embarcação, em decorrência da perda do interesse do comprador, restando prejudicado o pedido. Quanto à alienação da aeronave, no item 3.2 da manifestação de fls. 13155/13168 o AJ registra a necessidade de acesso aos contratos firmados entre as Recuperandas e o proprietário fiduciário da embarcação, bem como solicita informações quanto à operação. Às Recuperandas, para as informações solicitadas. 14.3 - Dos Embargos de Declaração opostos pelo Banco Pine S.A. contra a decisão de fls. 7.157/7.158: No item 5 da decisão de fls. 7.157/7.158 foi determinada a suspensão do procedimento de consolidação da propriedade dos imóveis objeto de alienação fiduciária. Por meio de seus embargos, o credor alega suposta ausência de fundamento legal para o deferimento da medida de suspensão do procedimento de consolidação, requerendo alternativamente seja fixado prazo para a proteção conferida às recuperandas, bem como alega suposta ausência de fundamento legal para o deferimento da medida. Destaco que na decisão de fls. 13151/13154 o tema da consolidação da propriedade foi novamente analisado. Reitero que a consolidação é o primeiro passo para o devedor perder a posse, pois será na sequência levado o imóvel a leilão, com risco de arrematação por terceiro, com direito a ingressar na posse do bem adquirido. Portanto, pelas razões já expostas, mantenho a decisão embargada, com a suspensão da consolidação da propriedade dos bens essenciais das Recuperandas, conforme parecer do AJ de fls. 11675/11679. Contudo, verifico a necessidade de fixação do período de proteção, que se limita ao da vigência do stay period, como apontado pelo auxiliar deste Juízo. Portanto, acolho em parte os embargos apenas para esse fim. 14.4 Do fornecimento dos contratos e respectivos instrumentos de cessão fiduciária em complemento à petição de fls. 7.413/7.517, em conjunto com a petição de fls. 12926/12950 do Banco Caixa Geral Brasil S.A. (BCGB) e item 3.4 da manifestação de fls. 13155/13168 do Administrador Judicial: As Recuperandas juntam os instrumentos contratuais que estariam sendo indevidamente retidos pelo BCGB, com o credor se manifestando no sentido de fornecer os extratos detalhados da conta vinculada e noticiando o integral adimplemento de seu crédito com as Recuperandas tendo levantado o valor remanescente em tais contas. Defiro ao AJ o prazo de 15 dias para seu parecer. 14.5 - Dos esclarecimentos sobre a regularidade fiscal das Recuperandas perante o Estado do Paraná: As Recuperandas apontam para a petição de fls. 7.960/7.964 apresentada pelo Estado do Paraná, alegando que se encontram em situação regular com o ente tributário, no sentido de que inexistiram débitos em seus nomes. Ciência ao Estado do Paraná, por meio de sua Procuradoria Geral, via Portal. 15 - Fls. 12909/12912 (Banco Sofisa S.A. requer seja nomeado watchdog, para a fiscalização das contas e atividades das Recuperandas, com o intuito de evitar fraudes e a ocorrência de crimes falimentar diante dos alegados indícios de fraude e de blindagem patrimonial): Indefiro. A fiscalização compete ao Administrador Judicial. A nomeação pretendida, por ora, não se justifica. 16 - Fls. 13094/13121 (Caixa Econômica Federal comprova a interposição de Agravo de Instrumento em face das decisões de fls. 6050/6054, 6224/6226, integradas pela decisão de fls. 11.810/11.818): Ciente do agravo de instrumento nº 044050-43.2024.8.26.0000. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 17 Fls. 13155/13168 (Administrador Judicial se manifesta acerca de diversos temas): Ciente. 18 13.554/13.777 (Relatório Mensal de Atividades apresentado pela administradora judicial referente ao mês de setembro de 2023): Ciência à recuperanda e aos credores. 19 Ofício da 4ª Vara do Trabalho de Diadema, comunicando o ajuizamento de demanda contra a recuperanda): Ciência ao AJ e à recuperanda. 20 Fls. 13.820/13.822 (decisão monocrática que concedeu efeito suspensivo ao agravo de instrumento nº 2044050-43.2024):



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Ciência às partes. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **04/04/2024** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. 1 - Fls. 13840/13879 (Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado Petição Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo requer habilitação nos autos): Defiro. Anote-se. 2 - Fls. 13882/13934 (Grupo Handz): A alienação pretendida é vantajosa porque eliminará um despesa financeira de R\$ 14.392.791,24, bem como custos operacionais e de manutenção da aeronave, que não se mostra essencial às atividades das recuperandas. Por tais razões, autorizo a alienação do bem à Aviação Alta, na condição de compradora, figurando Bradesco Leasing S/A como financiador. 3 - Fls. 13935/13940 (Joyce Chaves Rocha): Ao Administrador Judicial. 4 - Fls. 13941/13944 (Ofício proveniente da reclamação trabalhista de nº 0010672- 07.2018.5.15.0095): Ciência aos interessados. 5 - Fls. 13945/13952 (Ofício proveniente da Tutela Cautelar Antecedente de nº 0010369-23.2024.5.15.0114 em trâmite na 9ª Vara do Trabalho de Campinas): Ciência aos interessados. 6 - Fls.13953 (Dorival Souza Pereira em atendimento a r. certidão de fls. 11501, requer regularização de sua representação processual): Anote-se, se em termos. 7 - Fls. 13964/13970 (Banco Bocom e Recuperandas comunicam celebração de acordo): Ciência aos interessados. 8 - Fls. 13975/13983 (Marcelo Oliveira de Sousa requer habilitação de crédito): Ao Administrador Judicial. 9 - Fls. 13988/14000 ETAPA EDUCACIONAL EIRELI requer habilitação nos autos: Ao Administrador Judicial 10 - Fls. 14001/14053 ACESSO DIGITAL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. (UNICO): Ao Administrador Judicial 11 - Fls. 14054/14064 (Dorival Souza Pereira): Ao Administrador Judicial. 12 - Fls. 14065/14080 (Banco Caixa Geral - Brasil S/A): Manifestem-se as recuperandas. 13 - Fls. 14081/14084 (Banco Sofisa S.A.) Rejeito os embargos de declaração. A fiscalização das atividade do devedor em recuperação, incluindo a apuração de fraudes, é atribuição do Administrador Judicial, que se manifestará a respeito do quanto alegado pelo credor. 14 - Fls. 14086/14141 (Petição do Grupo Handz, em atenção aos itens 5, 9, 10, 14.1 e 14.2 da decisão de fls. 13.833/13.839, (i) manifesta-se acerca da objeção ao plano de recuperação judicial apresentada por Agrofel Agro Comercial S.A.; (ii) manifesta-se sobre a petição apresentada por Fundação Universidade de Caxias do Sul - FUCS; (iii) manifesta-se a respeito das petições apresentadas por instituições financeiras contrariamente aos requerimentos de oneração de bens para a celebração de contratos de financiamento; (iv) informa o CNPJ de suas filiais que atualmente se encontram com o fornecimento de energia elétrica cortado pela COELBA; e (v) requer a juntada dos contratos firmados como Sifra Serviços de Crédito Ltda., referentes à alienação fiduciária da Embarcação): Ao Administrador Judicial. 15 - Fls. 14142/14154 (Banco Safra S.A): Manifestem-se as recuperandas e a pretendente a credora hipotecária. 16 - Fls. 14163/14167 Grupo Handz: Considerando que as armas não são mais utilizadas nas atividades das recuperandas e que a sua alienação permitirá a redução de despesas, autorizo a alienação pretendida, com prestação de contas em 30 dias ao Administrador Judicial. 17 - 14168/14235 (Grupo Handz requer intimação da empresa GEES S.A. para que entregue o maquinário adquirido pelas Recuperandas, com valor de aquisição substancialmente pago e vedação legal ao pagamento da quantia remanescente): Considerando que já foi pago 85% do preço, que a quantia em aberto aparentemente constitui crédito sujeito à recuperação e insucessível de exigibilidade imediata, e, ainda, que o maquinário é essencial à atividade das Recuperandas, fica intimada GEES S/A para a entrega, em 5 dias, dos bens indicados nas notas fiscais anexas ao requerimento (colheiteiras e plataformas de milho/soja). 18 - 14310/14318 Grupo Handz solicita a dispensa de CND's para contratação com o Poder Público): Ao Administrador Judicial." **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **22/04/2024** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. 1 - Fls. 14367/14373 (Abix Tecnologia LTDA); 14498/14560 e 14561/14635 (Autuori, Burmann Sociedade De Advogados): Ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO PAULO****FORO CENTRAL CÍVEL****2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

sendo o caso. 2 - Fls. 14319/14327 (Alexsandro Correia Torisco); 14478/14492 (Adriano Augusto de Souza); 14637/14690 (Euler Hermes Seguros De Crédito S/A); 14733/14736 (Felipe Silva do Nascimento): Aguarde-se a conclusão da fase administrativa de análise de créditos. Ao AJ para ciência e providências. 3 Fls. 14330/14335 (Administrador Judicial se manifesta sobre a decisão de fls. 13833/13839): Ciente. 3.1 - item 9 da decisão: Pedido de compensação de valores apresentado pela Fundação da Universidade de Caxias do Sul - FUCS. Vide item 4 desta decisão; 3.2 - item 10 da decisão: Financiamento DIP firmado com o Banco BS2 e com o Banco BTG Pactual. O AJ informou que está em contato com as recuperandas a fim de obter maiores informações acerca da operação. Ciente. Aguardo manifestação conclusiva em 10 dias. 3.3 - item 14.2 da decisão: Ciente quanto à desistência momentânea da venda da embarcação; 3.4 - item 19 da decisão: AJ manifesta ciência do ofício proveniente da 4ª Vara do Trabalho de Diadema, que comunicou ajuizamento de demanda contra a recuperanda. 4 - Fls. 14086/14104 (Recuperandas se manifestam sobre o pedido de compensação de valores de créditos trabalhistas pagos valores que lhes são devidos em virtude dos serviços prestados créditos, apresentado pela Fundação Universidade de Caxias do Sul- FUCS), 14330/14335 (Administrador Judicial opina pela rejeição): Os valores devidos a credores trabalhistas sujeitos à recuperação e não pagos pelas recuperandas, em razão do ajuizamento do pedido, têm sido satisfeitos pela FUCS, como responsável subsidiária. Surgiu, daí, a sub-rogação da FUCS nos créditos trabalhistas. Logo, a FUCS passou a se sujeitar à recuperação, pelos valores pagos, na classe trabalhista. Por outro lado, alega a FUCS que tem valores a pagar, requerendo a compensação com o quanto lhe é devido. Segundo o CC, a compensação exige que os créditos das partes sejam exigíveis reciprocamente. Os créditos nos quais se subrogou a FUCS, ao menos por ora, não são exigíveis, pois sujeitos à recuperação, com a possibilidade de estabelecimento de novas condições de pagamento. Por tais razões, inviável a compensação pretendida. 5 - Fls. 14336 (Ofício proveniente da 4ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, comunicando ajuizamento de demanda em face da Gocil): Ciência às recuperandas e ao administrador judicial. 6 - Fls. 14338/14360 (Recuperandas, em complementação à manifestação de fls. 14.267/14.289, requerem a juntada das contas demonstrativas referentes ao mês de fevereiro de 2024): Ciência aos interessados. 7 - Fls. 14361/14366 (Ofício proveniente da 62ª Vara do Trabalho de São Paulo informando decisão nos autos do processo nº 1000278-73.2024.5.02.0062, na qual foi deferida reserva de valor no juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais): Ciente. Ao Administrador Judicial. 8 - Fls. 14367/14373 (Abix Tecnologia LTDA requer convolação da recuperação judicial em falência); 14.756 (Abix Tecnologia LTDA desiste do pedido de convolação em falência): Ciente. 9- Fls. 14474/14477 (Recuperandas requerem dilação do prazo estabelecido no art. 7º, § 2º para entrega da lista de credores por parte do administrador judicial): Diante da alegação das recuperandas - no sentido de que tornou-se necessária a habilitação de uma grande quantidade de créditos trabalhistas após as rescisões contratuais, e restando apenas poucos dias para o encerramento do prazo administrativo -, prorrogo a fase administrativa de verificação de créditos até o dia 15/05/2024, de modo a evitar-se o ajuizamento de habilitações em juízo, com grande sobrecarga aos serviços cartorários e prejuízo ao eficiente andamento processual. 10 - Fls. 14493/14497 (Estado do Rio Grande do Sul comunica que não existe crédito estatal em face das recuperandas): Ciente. 11 - Fls. 14691/14700 (Administrador Judicial manifesta-se sobre o item 14.4 da decisão de fls. 13833/13839, no qual foi determinado que apresentasse parecer sobre a questão do Banco Caixa Geral Brasil S.A. no que tange aos direitos creditórios da conta de nº 220001591-3): O AJ opinou pela manutenção da decisão de fls. 5486/5487 proferida nestes autos, em razão do reconhecimento da validade da cessão fiduciária de recebíveis; b) pela intimação do BCGB para que apresente os extratos da conta vinculada à CCB referente aos meses de julho/2023, agosto/2023 e setembro/2023; c) pela intimação das recuperandas para que


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

informem especificamente quais os pagamentos que não deveriam ter sido feitos na conta bancária, informação essa que deve ser apontada nos extratos apresentados pelo BCGB. Mantenho a decisão de fls. 5486/5487. Intime-se o Banco Caixa Geral Brasil S.A. para que apresente os extratos da conta vinculada à CCB referente aos meses de julho/2023, agosto/2023 e setembro/2023, no prazo de 10 (dez) dias. Às recuperandas para que, no sucessivo prazo de 10 dias, prestem informações a respeito dos pagamentos que não deveriam ter sido realizados na conta vinculada. Após, ao AJ para parecer conclusivo em 10 dias. 12 - Fls. 14701/14732 (Banco Votorantim S.A. informa o trâmite da execução de nº 1043561-14.2024.8.26.0100): Ciente. 13 - Fls. 14737/14740 (Recuperandas requerem expedição de ofício aos órgãos de proteção ao crédito para suspenderem a publicidade das negativações feitas): As dívidas existem e não foram pagas. A suspensão das execuções é temporária para que a negociação do plano seja frutífera. A publicidade deste processo permite o conhecimento sobre as dívidas inadimplidas e sujeitas ao plano. Trata-se de efeito semelhante ao da publicidade decorrente dos órgãos de proteção ao crédito. Por isso, não identifico prejuízo na manutenção da publicidade extrajudicial, que é semelhante à processual. Sobre o tema, aliás, o Superior Tribunal de Justiça estabelece que apenas após a homologação do plano de recuperação judicial é que se deve oficializar aos cadastros de inadimplentes para que providenciem a baixa dos protestos e inscrições em nome da recuperanda.". No caso dos autos, não houve sequer votação sobre o plano. Por tais razões, indefiro o pedido. 14 Fls. 14741/14747 (Administrador Judicial se manifesta sobre a decisão de fls. 14367/14369): Ciente. 14.1 - itens 3, 8, 10 e 11 da decisão: pedidos de habilitação e divergências de crédito. Ciente; 14.2 Do item 14 da decisão: Petição de fls. 14086/14141 das recuperandas. 14.2.1 Objeção ao PRJ apresentada pela Agrofel Agro Comercial S.A. às fls. 11880/11919: AJL pugna pela intimação das recuperandas para que apresentem data para realização da AGC em cinco dias. Intimem-se as recuperandas. 14.2.2 Fornecimento do CNPJ da filial da Gocil Nordeste Sistemas de Segurança: Intime-se a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia para que restabeleça o fornecimento de serviços essenciais à filial da Recuperanda, cujo CNPJ foi informado, em 24 horas, nos termos do item 1 da decisão de fls. 7157/7158. Ao final do prazo, às Recuperandas para informarem do restabelecimento do serviço. Em caso negativo, tornem-se conclusos os autos para apreciação do pedido de majoração da multa diária de fls. 12837/12867. 14.2.3 - Grupo Handz solicita a dispensa de CND's para contratação com o Poder Público: Não cabe ao juízo da recuperação judicial intervir nas contratações do Poder Público, determinando, em todo e qualquer caso, quais as exigências podem ser feitas dos concorrentes e o que configura indevida exigência. Caso algum ente licitante desrespeite o art. 52, inc. II da LRF, cabe à recuperanda tomar as medidas pertinentes contra o a autoridade, no juízo competente. Por isso, indefiro a pretensão. 15 - Fls. 14.752/14.753 (Ofício da Vara do Trabalho de Santa Cruz do Rio Pardo); 14.760/14.763 (ofício da 14ª Vara do Trabalho de Vitória); Fls. 14.7836/14.785 (ofício da 13ª Vara do Trabalho de São Paulo); Fls. 14.944/14.958 (mandado de penhora): Manifeste-se a AJ, respondendo aos juízos solicitantes, comprovando-se nos autos. 16 - 14.801/14.805 (Grupo Handz reitera, com urgência, o pedido de dispensa de CNDs): Apreciado no item 14.2.3. 17 - 14.767/14.768 (Grupo Handz requer a convocação da Assembleia Geral de Credores): Manifeste-se a AJ, no prazo de 5 dias. 18 - 14.961/14.964 (Grupo Handz requer nova autorização para alienação de bens do ativo não circulante): Manifeste-se a AJ, no prazo de 5 dias. 19 - 14.967/14.977 (Grupo Handz requer seja vedado o redirecionamento de demandas trabalhistas aos clientes das Recuperandas do ramo de prestação de serviços, bem como seja determinado aos clientes inativos que se abstenham de reter pagamento de faturas devidas em razão da não comprovação de pagamento de verbas trabalhistas, e procedam ao pagamento dos valores devidos pelos serviços prestados pelas Recuperandas): Manifeste-se a AJ, no prazo de 5 dias. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, por r.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

decisão proferida em **13/05/2024** pelo MM. Juiz foi dito que: "*Vistos. Fls. 15.027/15.033 (última decisão) 1 - Fls. 14978/14979 (COPEL- Companhia Paranaense de Energia e outros); 14980/15005 (SOTREQ S/A); 15040/15052 (Rede Maquinas LTDA); 15167/15169 (Dione Marilim Goulart Alvares de Lima); 15174/15177 (Daniel Barbosa de Oliveira): Ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização, sendo o caso. 2 - Fls. 15006/15018 (Ofício da Vara do Trabalho de Santa Cruz do Rio Pardo); 15019/15026 (Ofício da 90ª Vara do Trabalho de São Paulo); 15038 (Ofício da 4ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul); 15170 (Ofício da 2ª Vara do Trabalho de Pato Branco); 15266/15276 (Ofício da 64ª Vara do Trabalho de São Paulo); 15277/15283 (Ofício da Seção de Dissídios Coletivos-Protesto do TRT15); 15284/15327 (Ofício da Vara do Trabalho de Aracruz); 15328/15346 (Ofício da 5ª Vara do Trabalho de Salvador); 15413/15456 (Ofício da Vara do Trabalho de Aracruz): Ciência às Recuperandas e ao administrador judicial, para resposta aos Juízos solicitantes e devida comprovação nos autos. 3- Fls. 15034/15037 (Ofício da 1ª Câmara de Direito Empresarial do TJSP informando decisão nos autos do agravo de instrumento de nº 2100392-74.2024.8.26.0000, na qual foi concedido efeito suspensivo à decisão de fls. 13833/13839 quanto à compensação dos honorários advocatícios de Autuori, Burmann Sociedade de Advogados): Ciente. Ciência às Recuperandas. 4- Fls. 15053 (Thiago Silva Cardoso); 15178/15181 (Cabezón Administração Judicial Eirelli): Ao cartório para anotações. 5- Fls. 15054/15166 (Banco Pine S.A. requer seja declarada a não essencialidade dos imóveis de matrícula 40.724, 40.725, 40.726, 40.727, 40.728, 40.739, 40.740, 41.117, 43.629): Às Recuperandas para se manifestarem no prazo de 10 dias; na sequência, manifeste-se o Administrador Judicial em idêntico prazo. 6- Fls. 15171/15173 (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia- COELBA, em cumprimento à decisão de fls. 15027/15033, informa o restabelecimento do fornecimento de energia e que cumpriu a determinação judicial); Fls. 15372/15374 (Recuperandas confirmam o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica): Ciente. 7- Fls. 15182/15254 (Recuperandas requerem, com urgência, a imediata devolução dos valores amortizados indevidamente pelo Itaú Unibanco S.A., bem como seja declarada a impossibilidade de amortizações do tipo por qualquer outra instituição financeira): Manifeste-se o Itaú Unibanco S.A. no prazo de 5 dias. Após, ao Administrador Judicial para parecer no prazo de 5 dias. 8- Fls. 15261/15265 (Suzano S.A. requer autorização para repassar valores devidos à Gocil para o pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores que prestaram serviços nas Unidades Fabris e Centros de Distribuição da SUZANO S.A. Alternativamente, requer o depósito desses valores em juízo para gestão do AJ): Manifeste-se o Administrador Judicial em 5 dias. 9- Fls. 15328/15346 (Recuperandas requerem a juntada das contas demonstrativas mensais referentes ao mês de março de 2024): Ciência aos interessados. 10- Fls. 15372/15374 (Recuperandas reiteram o pedido de convocação para realização da AGC, nos termos da manifestação de fls. 14.767/14.768): Tema decidido no item 13.3 desta decisão. 11- Fls. 15375/15381 (Recuperandas requerem a prorrogação do prazo de suspensão das ações e execuções por igual período de 180 dias ou, subsidiariamente, até que o seu plano de recuperação judicial seja homologado): A prorrogação pleiteada é medida excepcional, que só pode ser admitida quando a demora processual não puder ser imputada à atuação da recuperanda. No caso dos autos, não se identifica culpa das Recuperandas na tramitação alongada do processo. Sendo assim, com base no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005, prorrogo o prazo de suspensão das ações e execuções, por ora, por 150 dias; 12- Fls. 15382/15386 (Estado de Pernambuco informa a existência de débitos fiscais devidos pelas Recuperandas): Manifestem-se as recuperandas no prazo de 10 dias. Após, ao Administrador Judicial em igual prazo. 13- Fls. 15387/15412 (Administrador Judicial se manifesta sobre fls. 15027/15033): Ciente. 13.1 - Item 1 da decisão: O AJ tomou ciência das habilitações e divergências apresentadas nos autos, informando que tomará as providências necessárias para apresentar a 2ª Relação de Credores*"


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

ao fim do prazo estabelecido. Ciente. 13.2 - Itens 5, 7 e 15 da decisão: Ciente quanto às providências tomadas pelo Administrador em relação aos ofícios enviados pelas Varas Trabalhistas. 13.3 - Item 17 da decisão: O Administrador Judicial opinou favoravelmente ao pedido das devedoras de convocação da Assembleia de Credores nas datas de 27/08/2024 (primeira convocação) e 17/09/2024 (segunda convocação), às 10h, na modalidade virtual. Fica convocada a AGC, como requerido. Os credores deverão fazer o seu pre-credenciamento pelo e-mail contato@lindosoearaujo.com.br, enviando os documentos de representação para participação na Assembleia Geral de Credores até 24 horas antes de cada convocação, nos termos do § 4º do art. 37 da Lei no 11.101/2005. EXPECA-SE o edital de convocação dos credores para a AGC, cuja finalidade e a deliberação sobre o Plano de Recuperação Judicial, promovendo-se a publicação no diário oficial respeitando a antecedência mínima prevista no art. 36 da Lei no 11.101/2005, devendo o administrador judicial disponibilizar o edital em seu site, qual seja: <http://www.recuperacaojudicialfalencia.com/grupo-handz-pagina>. 13.4 - Item 18 da decisão: O AJ não se opôs ao pedido das recuperandas de fls. 14961/14964, na qual foi solicitada a autorização para alienar bens de seu ativo não circulante, quais sejam: 54 veículos (motocicletas) de modelos variados aptos a serem alienados no valor total estimado de R\$ 403.101,50. Entretanto, informou que, após consulta à tabela FIPE, foi encontrada uma disparidade significativa nos valores dos veículos apontados pelo Grupo Handz. Sendo assim, manifestem-se as recuperandas a respeito no prazo de 5 dias. Após, ao Administrador Judicial para manifestação conclusiva; 13.5 - Item 19 da decisão: as Recuperandas requerem seja (i) vedado o redirecionamento de demandas trabalhistas aos clientes das Recuperandas do ramo de prestação de serviços; e (ii) determinado aos clientes inativos do Grupo Handz, que se abstenham de realizar as retenções/compensações que visam a satisfação de créditos sujeitos pagos na seara trabalhista, e procedam ao pagamento dos valores devidos a título de contratação pelos serviços prestados pelas Recuperandas e por eles inadimplidos. O AJ opina pelo indeferimento da medida pleiteada pelas Recuperandas no sentido de vedar o redirecionamento de demandas trabalhistas aos seus clientes do ramo de prestação de serviços; Entretanto, opina favoravelmente à impossibilidade desses clientes compensarem indevidamente seus créditos. Os pedidos devem ser indeferidos. Em primeiro lugar, extrapola a competência deste Juízo afirmar a impossibilidade de reconhecimento de relação de trabalho e a responsabilidade subsidiária dos tomadores de serviços, matéria afeta à Justiça do Trabalho. Quanto ao segundo pedido, a vedação de compensação não pode ser proclamada genericamente. Caberá às Recuperandas, em cada caso, apontar eventual compensação indevida da tomadora do serviço, de modo a permitir-se uma análise adequada do pedido. Caso seja adotada tal medida, deverá ser veiculada por meio de incidente, em relação a cada tomadora de serviço, para evitar-se tumulto nos autos principais. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **22/05/2024** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. 1 - Aprecio o pedido de fls. 16.534/16.539, formulado pelas Recuperandas, em razão da urgência. Requerem seja declarada a sua capacidade econômico-financeira para participação no Pregão Eletrônico nº 90341/2024/SMS, designado para o dia 23 de maio de 2024. O Administrador Judicial manifestou-se favoravelmente ao pedido (fls. 16.734/16.736). 2 - A CF/88, em seu art. 37, inciso XXI, exige que as contratações pelo Poder Público sejam precedidas de licitação pública, em que são admitidas exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Nos termos do art. 69, da Lei 14.133/2021, a habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, deverá ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação: I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. 3 - Como se percebe, a norma limita-se a exigir a apresentação de certidão negativa de "feitos sobre falência", nada dispondo sobre a apresentação de uma "certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório", como exige o edital (fls. 16545), de forma ilegal. Portanto, não cabe ao juízo da recuperação atestar a capacidade econômica e financeira das recuperandas. 4 - Sem prejuízo, em sua manifestação de fls. 16.734/16.735, o Administrador Judicial, que fiscaliza as atividades das recuperandas e analisou as Demonstrações de Resultado do Exercício referentes ao mês de fevereiro de 2023, informou que elas obtiveram receita bruta superior a 67 milhões de reais no período em questão, demonstrando aptidão econômica para desempenho de suas funções. 5 - Portanto, servirá a presente decisão, assinada digitalmente, de ofício à Comissão do Pregão Eletrônico nº 90341/2024/SMS, em conjunto com a Demonstração de Resultado do Exercício de fevereiro/2023. 6 - Após, tornem conclusos para exame dos pedidos pendentes. Int."

CERTIFICA MAIS QUE, por r. decisão proferida em **07/06/2024** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Aprecio pedido de fls. 17424/17460, em razão da urgência. Fls. 17424/17460 (Recuperandas requerem que seja declarada a impossibilidade de consolidação da propriedade do imóvel de matrícula nº 26.930, do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Balsas/MA, ao Banco do Nordeste): Informam as recuperandas que foram surpreendidas com notificações extrajudiciais do 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Balsas/MA, por meio das quais foram intimadas a proceder ao pagamento em favor do Banco do Nordeste, no prazo improrrogável de 15 dias, do montante de R\$ 204.174.515,01, sob pena de consolidação da propriedade do imóvel de matrícula nº 26.930, que garantiu fiduciariamente a Cédula de Crédito Bancário nº 139.2023.773.29532. As recuperandas sustentam, em síntese, a (i) competência exclusiva do Juízo Recuperacional para dirimir sobre questões de constrição de bens e ativos; (b) essencialidade do imóvel ao soerguimento empresarial; (c) impossibilidade da venda ou retirada do bem por violar o art. 49, §3 da Lei 11.101/2005. O tema já foi objeto de deliberação na ocasião das tentativas de consolidação promovidas por outras instituições financeiras, tendo sido reconhecida a essencialidade dos bens, vide, respectivamente, decisões de fls. 7157/7158 (mantida no julgamento dos Embargos de Declaração às fls. 13.833/13.839) e de fls. 13151/13154. Em tais ocasiões, quando questionado, o Administrador Judicial se baseou no laudo de essencialidade fornecido pelas recuperandas para confirmar o caráter essencial dos bens objeto de excussão de garantias. No presente caso, segundo o laudo de fls. 17449/17460, o imóvel em questão representou uma receita bruta de R\$ 27,3 milhões na safra de 2022/2023 e para a safra de 2023/2024 há uma previsão de receita de mais de R\$ 24 milhões. É sabido que a consolidação é o primeiro passo para o devedor perder a posse, pois será na sequência levado o imóvel a leilão, com risco de arrematação por terceiro, com direito a ingressar na posse do bem adquirido. Diante do exposto, entendo que as informações são suficientes para, em cognição sumária, reconhecer a essencialidade do imóvel. Assim, a fim de evitar grave prejuízo às recuperandas, determino a suspensão do procedimento de consolidação da propriedade do imóvel objeto da matrícula acima mencionada, servindo a presente decisão de ofício ao 1º Cartório de Registro de Imóveis de Balsas/MA, devendo ser intimado o AJ para se manifestar sobre a essencialidade do bem dentro do prazo de 10 dias, conforme procedimento anterior adotado em decisão de fls. 7157/7158. Int., e, após, tornem conclusos para exame das demais questões." **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **24/07/2024** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 15.700/15.704; 16.940/16.941; 17.592/17.593 (últimas decisões) 1) Fls. 15740/15746 (Ofício da Vara do Trabalho de Aracruz); 15747/15753 (Ofício da 6ª Vara do Trabalho de São Bernardo do Campo); 16523/16527 (Ofício da 4ª Vara do Trabalho de Bauru);


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

16743/16780 e 16782/16891 (Ofício da 16ª Vara do Trabalho de Curitiba); 16920/16924 (Ofício da Vara do Trabalho de Santa Bárbara D' Oeste); 17469/17500 (Ofício da 2ª Vara do Trabalho de Natal); 17567/17572 (Ofício da 3ª Vara de São Caetano do Sul); 17573/17591 e 19.028/19.043 (Ofícios da 2ª Vara de São Carlos); 18.067/18.069 (Ofício do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Pederneiras em Bariri); 18.772/18.779 (Ofício da 3ª Vara do Trabalho de Pouso Alegre); 18.784/18.786 (Ofício da 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas) 18.812/18.819 e 18.820/18.820 (Ofícios da 2ª Vara do Trabalho de Jacareí) 18.844 (Ofício da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região - Curitiba); 18.914/18.926 (Ofício da 4ª Vara do Trabalho de São Paulo); 19.002 (Ofício da 12ª Vara do Trabalho de São Paulo); 19.007/19.008 (Ofício da 20ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte): Ciência às recuperandas. Ao administrador judicial para responder aos juízos ofiçiantes, comprovando-se nos autos. 2) Fls. 15457/15682; 17.632/17.856 (Administrador Judicial apresenta Relatórios Mensais de Atividades-RMA referentes a outubro e novembro de 2023): Ciência aos interessados. 3) Fls. 15683/15699 (Igor de Oliveira Salina); 15754/15765 (Ademar Rodrigues de Moraes); 17.607/17.609 (Geroge Santiago da Silva); 17.621/17.624 (Beatriz Maria da Silva); 17.857/17.858 (Maurício Felix Cabral); 18.072/18.073 (Rejane Meneses de Assis Santos); 18.078/18.079 (Nilson Coelho dos Santos); 18.114/18.115 (Alaide Ramos Nogueira); 18.128/18.130 (Paulo Henrique Santos Lopes); 18.748/18.749 (Junia Rosa da Silva Ricardo); 18.834/18.835 (Jeremias Oliveira da Silva); 18.849/18.850 (Fabio Magelo da Silva); 19.011/19.012 (Ideenio Roberto Costa De Jesus): Requerem os credores a habilitação de seus créditos. Ao Administrador Judicial. 4) Fls. 15705/15739 (Banco Caixa Geral - Brasil S/A, em atenção à decisão de fls. 15027/15033 - item 11, requer a juntada do extrato detalhado da conta vinculada desde a realização do empréstimo até a presente data); Fls. 17411/17413 (Recuperandas manifestam-se acerca dos extratos bancários apresentados pelo BCGB às fls. 15.708/15.739); Fls. 17561/17565 (Administrador Judicial opina pela perda do objeto da petição de fls. 5486/5487, vez que as devedoras não apontaram informações a respeito dos pagamentos que não deveriam ter sido realizados na conta vinculada): Haja vista que o Banco Caixa Geral- Brasil S/A cumpriu a determinação para juntar os extratos solicitados pelo administrador judicial, bem como em razão das recuperandas não terem apontado quaisquer valores que não deveriam ter sido pagos na conta vinculada à CCB, acolho o parecer do Administrador Judicial e dou pela perda de objeto da discussão trazida à lume às fls. 5486/5487. 5) Fls. 15776/15825 (Neoenergia Distribuição Brasília S/A informa a existência de crédito em seu favor, bem como a situação atual ativa e regular do fornecimento de energia para a recuperanda): Ciente. Ao Administrador Judicial. 6) Fls. 15826 (Eduardo Souza Navarro Bezerra dá ciência com renúncia ao prazo): Ciente. 7) Fls. 15827/15828 (Administrador Judicial se manifesta sobre Financiamento DIP com Banco BS2 e com o Banco BTG Pactual); fls. 19.018/19.021 (Banco BS2 S.A. requer, conforme pedido pelas Recuperandas às fls. 8.118/8.121, seja autorizada, com urgência, a constituição de garantia fiduciária subordinada sobre bens imóveis): Em razão do lapso temporal entre o pedido inicial e a presente data, determino a intimação das recuperandas para que manifestem seu interesse na autorização do negócio. Em seguida, manifeste-se a administradora judicial, no prazo de 5 dias. Finalmente, tornem os autos conclusos para deliberação. 8) Fls. 15829/16522 (Administrador Judicial apresenta a 2ª Relação de Credores juntamente com os pareceres dos créditos analisados); 17114/17406 (Administrador Judicial apresenta a 2ª Relação de Credores Retificada): Ciente. 9) Fls. 16528/16533; 18.987/18.988 (Ofícios do Saneamento de Processos Arquivados do TRT2 solicitando informações a respeito da recuperação judicial, bem como se interessa a transferência de numerário para o juízo recuperacional): O valor deve ser transferido para a conta vinculada ao juízo desta recuperação judicial. Ao Administrador Judicial para tomar as providências junto ao juízo solicitante, servindo esta decisão como ofício. 10) Fls. 16705/16717 (Ofício da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

comprovantes de transferência de valores oriundos do processo nº 1001239.81.2017.5.02.0701): Ciente. Ciência às recuperandas. 11) Fls. 16942/16961 (Administrador manifesta-se acerca da petição de fls. 15700/15704): Ciente quanto às providências tomadas pelo Administrador em relação aos ofícios enviados pelas Varas Trabalhistas. 12) Fls. 16925/16939 (Agis Equipamentos E Serviços De Informática LTDA); 17409/17410 (Gilberto José da Silva); 17534/17551 (Valecred Securitizadora de Creditos S/A.); 18.767 (Banco CNH Industrial Capital S.A.); 17.881 (Movida Locacao De Veiculos S.A.); 18.891/18.892 (Adriel Rodrigues Alves); 18.930 (Nexti Desenvolvimento de Sistemas S.A.): Ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização, sendo o caso. 13) Fls. 16962/17109 (Copel Distribuição S/A, Copel Comercialização S.A, Copel -Companhia Paranaense de Energia e Copel Geração e Transmissão S.A requerem habilitação nos autos do processo nº 1031026-29.2019.8.26.0100): Indefero a habilitação pleiteada, haja vista se tratar de processo diverso deste. 14) Fls. 17461/17468 (Recuperandas, em atenção à decisão de fls. 15700/15704, e tendo tomado conhecimento da petição da Suzano S/A de fls. 15.261/15.265, requerem o imediato repasse dos valores retidos); 16942/16961 (Administrador Judicial opina pela intimação da Suzano para que junte aos autos os contratos firmados junto às recuperandas, fazendo constar de sua manifestação a existência ou não de cláusula que lhe autorize a realizar a retenção pretendida): Atenda a Suzano S/A ao quanto solicitado pelo AJ. 15) Fl. 17501 (Estado de Pernambuco informa a regularização dos débitos antes devidos pela Gocil): Ciente. 16) Fls. 17502 (Ofício proveniente da Vara do Trabalho de Cambé solicitando que este Juízo tome providências quanto a satisfação de créditos em favor da União Federal): Ao Administrador Judicial para comunicação com os juízos solicitantes. 17) Fls. 17509/17533 (Recuperandas requerem, em atenção ao item 7 da decisão de fls. 5.520/5.529, a juntada das contas demonstrativas mensais referentes ao mês de abril de 2024): Ciente. Ciência aos interessados. 18) Fls. 17552/17557 (Administrador Judicial manifesta-se sobre a decisão de fls. 15700/15704): Ciente. 18.1- Item 7 da decisão: Itaú requereu o indeferimento dos pedidos formulados pelas recuperandas nas fls. 15.182/15.254, de imediata devolução das quantias retidas pelo banco e de declaração de impossibilidade de novas retenções. O credor, às fls. 17110/17113, requer o reconhecimento de sua legitimidade para promover as amortizações realizadas para liquidação de seu crédito extraconcursal. Em seu parecer, o AJ opinou pela intimação do Itaú Unibanco para informar qual o saldo devedor da operação, opinando desde já que, caso o montante de R\$ 912.500,00 seja superior ao limite de 15,38% do saldo devedor da operação, deverá o montante que sobejar ser restituído às devedoras. Manifeste-se o Itaú Unibanco S.A. Em 5 dias. Após, conclusos para decisão. 18.2 - Item 13.4 da decisão: Quanto ao pedido de alienação de bens do seu ativo não circulante, as recuperandas se manifestaram às fls. 16718/16733 sobre a disparidade de valores apontadas pelo Administrador Judicial. Em síntese, alegaram que os valores dos bens indicados no pedido estão abaixo dos apontados na tabela FIPE, em razão de sua deterioração pelo uso frequente nas atividades empresariais, o que justifica a escolha da alienação pela modalidade de leilão judicial, que é mais célere. Em sua manifestação de fls. 17552/17557, o Administrador Judicial não se opôs à autorização da alienação pretendida. Sendo assim, autorizo a alienação dos ativos, com prestação de contas diretamente ao AJ em 5 dias. Após, apresentará o AJ relatório da destinação dos recursos. 19) Fls. 17558/17559 (Agis Equipamentos e Serviços De Informática LTDA. informa que todos os documentos para habilitação nos autos foram devidamente juntados às fls. 16.926/16.939): Ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização, sendo o caso. 20) Fls. 17561/17565 (Administrador Judicial se manifesta sobre as decisões de fls. 15027/15033 e 15700/15704): Ciente. 20.1 Item 5 da decisão de fls. 15700/15704: Quanto ao pedido de declaração de não essencialidade de imóveis objeto de alienação fiduciária junto ao Banco Pine S.A, o AJ informa que já houve decisão deste juízo. No


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

entanto, a afirmação da essencialidade, naquele momento, não impede que, à luz de novas considerações trazidas aos autos, seja discutida a manutenção da essencialidade. Segundo o credor fiduciário, os imóveis representam meros 5% do total da área explorada pelas recuperandas e não houve demonstração de que tenha havido previsão de sua utilização para as próximas safras. Realmente, não há demonstração das colheitas eventualmente realizadas em 2024, se os imóveis continuam sendo utilizados em atividades produtivas, quais as projeções para os próximos meses e os impactos das adversidades climáticas na produção. Ao AJ, portanto, para apresentação de relatório, em 15 dias. 20.2 Item 12 da decisão de fls. 15700/15704: Na petição de fls. 15.382/15.386, o Estado de Pernambuco informou a existência de débitos pendentes de regularização. As recuperandas informaram às fls. 16.718/16.733 que os valores em aberto já foram pagos. Posteriormente, à fl. 17501, o Estado de Pernambuco confirmou que a devedora regularizou seu débito. Diante disso, acolho o parecer do AJ para declarar a perda de objeto da petição de fls. 15.382/15.386. 21) Fls. 17.594/17.595 (Banco Santander Brasil S/A requer intimação da Administradora Judicial para excluir os créditos equivocadamente arrolados em seu favor na 2º lista de credores das empresas Elah Agrobusiness Agropecuária Ltda e Brangus Brasil Agropecuária Ltda.): Manifeste-se a administradora judicial. 22) Fls. 17.596; 17.987 (Edital de Aviso Sobre o Plano de Recuperação Judicial); fls. 17.597/17.598; 17.988/17.989 (Edital de Relação de Credores); fls. 17.605/17.605; 17.990 (Edital de Convocação de AGC): Ciência aos credores. 23) Fls. 17.869/17.870 (Commanders Indústria e Comércio de Confeções LTDA. Informa que, não obstante tenha peticionado nestes autos requerendo a habilitação de seu crédito, a petição não consta nos autos): o peticionário deve se atentar ao quanto determinado pelo Comunicado Geral CG 219/18, no sentido de que as habilitações e impugnações de crédito devem ser ajuizados em incidente próprio, distribuído por dependência ao processo principal. 24) Fls. 17.877/17.880 (Fundação Universidade de Caxias do Sul): Manifeste-se a administradora judicial. 25) Fls. 17.932/17.935 (Cássila Escabora Carbonara apresenta impugnação de crédito): As impugnações de crédito devem ser ajuizados em incidente próprio, distribuído por dependência ao processo principal, na forma do Comunicado Geral CG 219/18. 26) Fls. 17.947/17.958 (Fertilizantes Piratini Ltda. apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19.046/19.057 (Banco Votorantim apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19.144/19.147 (Companhia Paulista de Força e Luz apresenta Objeção ao Plano): Ciência à recuperanda e ao administrador judicial. 27) Fls. 17.959/17.961 (manifestação do administrador judicial favorável à declaração da essencialidade da Fazenda Nova Olinda às atividades do Grupo Handz): Conforme manifestação do administrador judicial, às fls. 17.449/17.460, na Fazenda Nova Olinda foi realizado o plantio de 4.133 ha de soja e 2263 ha de arroz sequeiro na safra de 2022/2023. Tal plantio levou a uma receita bruta de R\$ 27,3 milhões. Para a safra de 2023/2024, as recuperandas pretendem plantar 7.000 ha de soja e 6.000 ha de arroz sequeiro, havendo previsão de receita em igual patamar, o que contribui consideravelmente para o faturamento e o desempenho das atividades das devedoras, de forma que sua alienação poderia frustrar os objetivos da recuperação. Desta forma, mantenho a determinação de fls. 17.592/17.593, e declaro a essencialidade da Fazenda Nova Olinda, imóvel de matrícula nº 26.930. Servirá a presente decisão como ofício a ser encaminhado pelas recuperandas ao 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Balsas/MA. 28) Fls. 17.996/17.997 (Banco Sofisa informa a cessão de seu crédito à Carouge 41 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados): Ciência às recuperandas e ao administrador judicial. 29) Fls. 18.084 recuperandas apresentam as contas demonstrativas mensais referentes ao mês de maio de 2024): Ciência ao administrador judicial e aos credores. 30) Fls. 18.250/18.258 (recuperandas requerem seja determinada a dispensa de apresentação de demonstrativos contábeis para fins de participação em processos licitatórios junto ao poder


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

público, ou, subsidiariamente, que referidas exigências sejam tidas cumpridas mediante a apresentação de declaração do Administrador Judicial, atestando a capacidade econômica para participação nos procedimentos licitatórios junto ao Poder Público): Não cabe ao juízo da recuperação judicial intervir nas contratações do Poder Público, dispensando a apresentação de certos documentos contábeis ou determinando que compete ao AJ atestar a capacidade econômica das recuperandas para participar de procedimentos licitatórios. Caso algum ente licitante faça exigências ilegais ou que injustamente impeçam a recuperanda de tomar parte na competição, compete-lhe tomar as medidas pertinentes contra o a autoridade, no juízo competente. Por isso, indefiro as pretensões formuladas. 31) Fls. 18.756/18.757 (Sindibombeiros - Sindicato dos Bombeiros Civis das Empresas e das Empresas Prestadoras de Serviços do Estado de São Paulo informam que os valores referentes aos recolhimentos de INSS e IR foram repassados a este juízo): Manifeste-se a administradora judicial. 32) 18.763/18.764 (Fazenda Pública Do Município De Ribeirão Preto/SP informa a existência de créditos perante a recuperanda, requerendo o pagamento): Manifeste-se a recuperanda. 33) Fls. 18.841 (Estado de Santa Catarina informa que a recuperanda não possui débitos para com a Fazenda Pública Estadual): Ciente o juízo. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **26/08/2024** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 16.940/16.941; 17.592/17.593; 19.190/19.198 (últimas decisões) 1) Fls. 20.129/20.137 e 20.138/20.147 (Cultibras Agronegocios Ltda); 20.148/20.149 (Mauro Fernando Dos Santos); 20.175/20.177 (Mauricio Felix Cabral); 20.317 (Fabio Magelo Da Silva); 20.318/20.326 (Leonardo Henrique de Almeida e Silva); 20.789/20.810 (Produtécnica Nordeste Comércio de Insumos Agrícolas LTDA.); 20.821/20.822 (Sociedade, Lima Lopes, Cordella E Advogados Associados); 20.823/20.826 (Willyams Gabriel De Medeiros); 20.827/20.903 (Elektro Redes S/A); 20.904/20.946 (Aeroscan Tecnologia S.A.); 21.077/21.083 (Adriano Augusto De Souza); 21.084/21.086 (Herikles Belchior Rodrigues Da Silva); 21.087/21.103 (Facape Transportes e Serviços LTDA); 21.104; 21.112; 21.149; 21.151/21.152: Ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização, sendo o caso. 2) Fls. 19.699/19.707 (Charles Souza Ribeiro); 20.019/20.023 (Nilson Coelho Dos Santos); 20.047/20.073 (Sociedade, Lima Lopes, Cordella E Advogados Associados); 20.159/20.165 e 20.166/20.174 (George Jose Lopes); 20.304/20.316 (Lucio Mauro Da Cunha); 20.787/20.788 (Cenyra Akie Nakamura Pucci); 21.010/21.015 e 21.016/21.020 (Salete Ribeiro Soares da Silva): Após a publicação da 2ª Lista de Credores, o Administrador Judicial já se manifestou às fls. 20.080/20.090 informando que, nos termos do Provimento CGJT no 1/2012 incorporado à Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, entende pela possibilidade de receber, administrativamente, os pedidos de habilitação de créditos de natureza trabalhista. Desse modo, fica o Administrador Judicial autorizado para apresentar, oportunamente, petição de inclusão de créditos trabalhistas. 3) Fls. 19.148/19.159 (Tigre Materiais e Soluções para Construção LTDA); 19.371/19.415 (Igesp S/A - Centro Médico e Cirúrgico Instituto de Gastroenterologia de São Paulo): Após a publicação da 2ª Lista de Credores, aqueles interessados na modificação ou inclusão de créditos de natureza que não seja trabalhista devem o fazer por meio de impugnação de crédito, as quais devem ser ajuizados em incidente próprio, distribuído por dependência ao processo principal, na forma do Comunicado Geral CG 219/18. 4) Fls. 19.160/19.170 e 19.171/19.181 (2ª Vara do Trabalho de Jacareí); 20.024/20.041 (3ª Vara do Trabalho de Pouso Alegre); 20.150/20.158 (Vara do Trabalho de Aracruz); 20.298/20.303 (Vara do Trabalho de Caieiras); 20.342/20.349 (1ª Vara Do Trabalho De Camaçari); 20.350/20.361 (13ª Vara do Trabalho de São Paulo); 20.362/20.372 (Vara do Trabalho de Caçapava); 20.813/20.820 (26ª Vara do Trabalho de São Paulo); 21.066/21.067 (4ª Vara de Trabalho de Caxias do Sul): Ciência às recuperandas. Ao administrador judicial para responder aos juízos ofiçiantes, comprovando-se nos autos. 5) Fls. 19.182/19.189 (Banco do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Brasil S/A apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19228/19289 (Banco Inter S.A. apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19290/19299 (Suzano S.A. apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19300/19306 (Bradesco AUTO/RE Companhia de Seguros apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19307/19332 (Oracle do Brasil Sistemas LTDA apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19333/19346 (Banco Safra S.A. apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19347/19362 (Elektro Redes S.A. apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19420/19431 (Banco BS2 S.A. apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19432/19434 (Banco Luso Brasileiro S.A. apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19435/19440 (Banco do Nordeste do Brasil S/A apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19441/19452 (Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19453/19459 (MAV- Fiagro Direitos Creditórios apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19460/19466 (Virgo Companhia de Securitização apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial); 19467/19476 (Itau Unibanco S/A apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial): Aguarde-se a AGC, a ser instalada em 1ª convocação no dia 27/08/2024 (terça-feira) e, em 2ª convocação, no dia 17/09/2024 (terça-feira), ambas às 10:00 horas, a serem realizadas de forma virtual. 6) Fls. 19.416/19.419 (Wiliam Daniel do Nascimento requer retificação na Lista de Credores, uma vez que o nº do seu documento pessoal está errado): Ao Administrador Judicial para retificação do estado da OAB do credor. 7) Fls. 19.477/19.698; 20.373/20.577 e 20.578/20.782 (Administrador Judicial apresenta Relatórios Mensais de Atividades-RMA referentes aos meses de dezembro de 2023 e de janeiro e fevereiro de 2024): Ciência aos interessados. 8) Fl. 19.708 (Geremias Francisco Duarte pugna pela manifestação do Administrador Judicial sobre os créditos habilitados em seu favor, bem como sobre a impugnação apresentada nas fls. 17599/17604, requerendo, por fim, a habilitação de seu patrono nos autos do processo): As impugnações de crédito devem ser ajuizadas em incidente próprio, distribuído por dependência ao processo principal, na forma do Comunicado Geral CG 219/18. Quanto ao pedido de habilitação nos autos, ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização, sendo o caso. 9) Fls. 19.709 (Eduardo Souza Navarro Bezerra exara ciência com renúncia de prazo): Ciente. 10) Fls. 19.710/19.836 (Recuperandas apresentam contas demonstrativas de junho de 2024): Ciência aos interessados. 11) Fls. 19837/19997 (AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda requer o adimplemento das obrigações trabalhistas vencidas e das que vencerão em decorrência do encerramento da relação contratual entre GOCIL e AGCO): Os créditos originados até o pedido de recuperação judicial se sujeitam-se aos efeitos da recuperação e aqueles com fato gerador posterior ao pedido são considerados não sujeitos, cabendo tão somente ao credor trabalhista a defesa de seus interesses perante as recuperandas, motivo pelo qual indefiro o pleito da AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda. 12) Fls. 20.000/20.018 (Recuperandas informam a venda em larga escala de arroz, em operação no patamar de trinta milhões de reais, e requerem seja autorizada a celebração de financiamento, exigência feita pela compradora, Camil Alimentos S.A. Argumentam que nenhum bem de seu ativo não circulante será onerado, propondo-se apenas a alienação fiduciária da sua produção, a ser entregue à compradora quando concluída,); 20.783/20.786 (Administrador Judicial não se opõe ao pedido, registrando que ser uma prática comum, na dinâmica operacional das recuperandas, a venda dos produtos agrícolas em larga escala, sendo, contudo, desnecessária autorização deste Juízo): Autorizo a alienação fiduciária, por se tratar de exigência do comprador, ressaltando que nenhum bem do ativo não circulante das recuperandas será atingido por esta operação. A prestação de contas se dará diretamente ao administrador judicial, que, em 30 dias após a conclusão da operação, apresentará relatório acerca da destinação dos recursos. 13) Fls. 20.042/20.044 (Arthur Nogueira de Paula e Adilson Adão da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Silva exaram ciência dos RMAs, bem como informa que fez seu pré-cadastramento para participação na AGC de Handz): Ciente. 14) Fls. 20.045/20.046 e 20.074/20.075 (Em atenção ao item 14 da decisão de fls. 19.190/19.198, Suzano S.A. pugna pelo prazo suplementar de 15 dias para apresentar todos os contratos e documentos exigidos): Defiro o prazo requerido pelo credor. Após, às recuperandas para manifestação em 5 dias e ao administrador judicial para parecer final em 5 dias. 15) Fls. 20.076/20.079 (Em atenção ao item 18.1 da decisão de fls. 19.190/19.198, o Itaú Unibanco S.A. informa que o montante retido das recuperandas não supera 15,38% do saldo devedor do contrato não sujeito aos efeitos da recuperação judicial, pugnando pela manutenção da retenção realizada): Às fls. 15.182/15.254 as recuperandas notificaram suposta retenção ilegal do montante de R\$ 912.500,00 das contas bancárias vinculadas à Cédula de Crédito Bancário nº 100122100000500, requerendo a devolução dos valores. Em manifestação de fls. 17.110/17.113, o banco credor rechaçou os argumentos apresentados pelas recuperandas, em razão da natureza extraconcursal de seu crédito. Por sua vez, o administrador judicial registrou às fls. 17.552/17.557 que a retenção realizada pelo credor seria permitida até o limite de 15,38% do saldo devedor da operação, requerendo a intimação da instituição financeira para prestar tal esclarecimento, com o credor informando que o montante referido pelo AJ atingiria a monta de 18 milhões de reais. Diante dos esclarecimentos prestados, constata-se que a retenção realizada pelo credor foi feita dentro dos limites contratuais, conforme exposto pelo AJ, de modo que indefiro o pedido de fls. 15.182/15.254. 16) Fls. 20080/20123 (Manifestação do Administrador Judicial sobre a decisão de fls. 19.190/19.198): Ciente. 16.1. Itens 1, 9, 10 e 16 da decisão: AJ informa as providências tomadas junto aos juízos oficiais. Ciente. Às recuperandas conforme indicado pelo auxiliar, em 5 dias. 16.2. Item 3 da decisão: AJ comunica o recebimento dos pedidos de habilitação de crédito, de maneira que irá protocolar, oportunamente, petição requerendo a inclusão dos referidos créditos). Ciente. Vide item 2 desta decisão. 16.3. Item 5 da decisão: Quanto aos débitos devidos pela Gocil a Neoenergia Brasília, AJ opina pela manutenção do crédito no valor de R\$ 570,80 em favor da credora Neoenergia Distribuição Brasília S.A., que já consta listado no Quadro Geral de Credores da presente recuperação judicial. Os créditos extraconcursais não se submetem aos efeitos da recuperação judicial. Acolho o parecer do auxiliar para manter o crédito da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. no valor de R\$ 570,80. 16.4. Item 21 da decisão: Sobre o pedido de exclusão do crédito do Banco Santander, registra o AJ que, apesar do momento processual demandar o ajuizamento de impugnação de crédito, o pedido ora analisado trata de mera correção de erros materiais.. Portanto, o auxiliar não se opõe à retificação do erro material em relação à listagem de crédito frente à recuperanda Brangus, também não vislumbra óbice à retirada do crédito irrisório junto à recuperanda Elah, mediante a declaração do credor de que de que inexistem débitos devidos por esta, visando à mera retificação de informações. Portanto, autorizo a correção de erro material, com as informações corretas já constando do parecer de crédito do administrador judicial. 16.5. Item 24 da decisão: Em relação ao pedido de reconsideração da FUCS, o auxiliar opinou pela manutenção do item 4 da decisão de fls. 15.027/15.033, ante a ausência de fatos novos. O tema já foi analisado por este Juízo, não havendo novos argumentos acerca da discussão, motivo que rejeito o pedido de reconsideração. 16.6. Item 25 da decisão: AJ informa ciência das objeções. 16.7. Item 17 e 29 da decisão: Sobre a juntada de contas demonstrativas pelas Recuperandas, o AJ exara sua ciência. 16.8. Item 31 da decisão: Sobre a petição do SINDIBOMBEIROS informando repasse de valores às fls. 18.756/18.757, o auxiliar exara ciência e opina pela intimação das devedoras para que se manifestem acerca dos valores depositados nos autos. Intime-se as Recuperandas para tomarem conhecimento do repasse dos valores. 17) Fls. 20.124/20.128 (Recuperandas se manifestam sobre a decisão de fls. 19.190/19.198): Ciente 17.1. Item 7 da decisão: Sobre o DIP com o Banco BS2: Recuperandas


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

informam que as partes reestruturaram as garantias da operação contratada com o Banco BS2, de forma que esta agora é garantida nos termos do aditamento celebrado em 5/7/2024. Administrador Judicial se manifesta nas fls. 21.068/21.076 juntando os termos da repactuação, reitera concordância com a operação de fls. 8.247/8.250 e informa encerramento temporário das tratativas perante o Banco BTG. Tendo as partes reiterado o interesse na realização do negócio, vislumbro a possibilidade de concretização da operação. O art. 69-C da LRF, que dispõe acerca da autorização para constituição de garantia subordinada para o financiador do devedor em recuperação, proíbe tal operação sobre qualquer modalidade de alienação ou cessão fiduciária. Contudo, registro que posteriormente à alteração legislativa promovida pela Lei 14.112/2020, o legislador editou o Novo Marco das Garantias (Lei 14.711/2023), que em seu art. 22, §4º passou a permitir a constituição de alienação fiduciária em sucessivos graus, inaugurando novo olhar da legislação sobre a operação aqui pretendida, não existente à época da reforma da LRF. Neste contexto e considerando a necessidade de incremento de caixa das recuperandas, o devido relacionamento das garantias e o contexto legal mediante a promulgação do Novo Marco das Garantias, entendo por autorizar a operação descrita pelas recuperandas às fls. 8.118/8.121, complementada pelo aditivo colacionado pelo administrador judicial às fls. 21.071/21.076. Com relação ao DIP perante o BTG, ciente das tratativas entre as partes. 17.2. Item 18.2. da decisão: As Recuperandas alegam que foram realizados dois pedidos distintos de alienação de veículos, às fls. 14.961/14.966 e 17.974/17.979, alegando que este Juízo, ao analisar o tema, teria autorizado apenas o primeiro requerimento, reiterando o pedido de alienação dos veículos listados na relação de fls. 17.978/17.979. Verifico às fls. 18.997/18.999 que o administrador judicial não se opôs às alienações, registrando que as razões acerca da disparidade de preço entre a Tabela Fipe e a proposta de alienação apresentadas pelas recuperandas às fls. 16.718/16.733 foram satisfatórias. Sendo assim, autorizo a alienação pretendida, com prestação de contas diretamente ao AJ em 5 dias ao final das alienações. Após, apresentará o AJ em 30 dias relatório da destinação dos recursos. 17.3. Item 32 da decisão: Sobre os débitos devidos ao Município de Ribeirão Preto, as Recuperandas informam que os valores em aberto foram regularizados, conforme certidão negativa de débito anexa. Ciente. 18) Fls. 20.184/20.297 (Companhia Piratininga de Força e Luz, CPFL Energia S.A., Cooperativa de Crédito Credicitrus e Coopercitrus Cooperativa de Produtos Rurais); 21.040/21.045 (Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais); 21.046/21.055 (Cooperativa de Crédito Credicitrus); 21.056/21.065 (Companhia Paulista de Força e Luz): Credores requerem juntada de documentos para fins de participação na Assembleia Geral de Credores a ser realizada dia 27/08/2024. Ao Administrador Judicial. 19) Fls. 20.327/20.332 (Comunicação de despacho proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2232774-31); 20.333/20.341 (Comunicação de V. Acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2100442-03); 20.947/20.952 (Comunicação de decisão nos autos da Tutela Provisória nº 350262-41.2023.8.26.0000); 21.022/21.039 (Comunicação de V. Acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento nº 2334804-81.2023.8.26.0000): Ciente. 20) Fls. 20.953/20.987 (Manifestação do Administrador Judicial sobre o item 20.1 da decisão de fls. 19.190/19.198, acerca da essencialidade da Fazenda Santa Zélia e da Fazenda Touro Passo às atividades das recuperandas): Manifestem-se os interessados. 21) Fls. 20.992/21.006 (recuperandas apresentam pedido de consolidação substancial): Manifestem-se os credores e o administrador judicial, no prazo de 10 dias. 22) Fls. 21.117/21.119 (recuperandas apresentam novo pedido de alienação de seu ativo não circulante): Manifeste-se o administrador judicial, no prazo de 10 dias. Int." **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **13/09/2024** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 17.592/17.593; 19.190/19.198; 21.158/21.166 (últimas decisões) 1) Fls. 20.992/21.009 (Recuperandas requerem a consolidação substancial da presente recuperação judicial); 21.167/21.174 (Banco Votorantim se opõe à consolidação substancial);


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

21.176/21.557 (Administrador Judicial apresenta lista de credores em consolidação processual e substancial para AGC); 21.566/21.601 (Administrador Judicial apresenta a ata da AGC); 21.758/21.767 (Administrador Judicial se manifesta favorável à consolidação substancial); 22.008/22.019 (Banco Votorantim reitera oposição à consolidação substancial e pede a nulidade da AGC); 22.020/22.023 (Copel Distribuição S.A. se opõe à consolidação substancial); 22.024/22.025 (Banco do Estado do Rio Grande do Sul se opõe à consolidação substancial); 22.026/22.032 (Banco Luso Brasileiro S.A se opõe à consolidação substancial); 22.903/22.909 (Itaú Unibanco S.A. se opõe à consolidação substancial): Trata-se de pedido das Recuperandas para que o presente feito passe a tramitar em consolidação substancial. Em razão da proximidade da AGC, a relevância do tema e o já elevado número de petições, entendo que o processo comporta estabilização acerca desta questão. Em seu pedido, aduzem as Recuperandas que este Juízo reconheceu os requisitos necessário para o deferimento do processamento da presente recuperação judicial em consolidação processual. Com a evolução das negociações com seus credores, alegam ser o momento de definir quanto à consolidação substancial. Como se sabe, é o art. 69-J que dispõe acerca dos requisitos para o processamento da RJ em consolidação substancial, verbis: "Art. 69-J. O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses: I - existência de garantias cruzadas; II - relação de controle ou de dependência; III - identidade total ou parcial do quadro societário; e IV - atuação conjunta no mercado entre os postulantes." As Recuperandas alegam o atendimento a todos os requisitos: i) Apontam a existência de garantias cruzadas e exemplificando alguns casos, inclusive situações em que empresas do Ramo Agro e do Ramo Segurança se garantem mutuamente; ii) A interconexão entre os distintos ramos de atuação centraliza-se na figura do Produtor Rural Washington Umberto Cinel, sendo ele o único acionista da Handz S.A., controladora do Ramo Segurança, além de obviamente exercer a atividade rural em conjunto com as outras empresas do Grupo; (iii) o terceiro requisito estaria presente pois o Sr. Washington Umberto Cinel controla o Ramo Segurança diretamente, enquanto exerce o controle indireto das sociedades do Ramo Agro através de outros membros de sua família, que constam do quadro societário de tais empresas e (iv) as empresas atuariam em conjunto no mercado através da figura do Sr. Washington Umberto Cinel, finalizando suas razões defendendo a interconexão entre as empresas. O primeiro credor a se manifestar sobre o tema foi o Banco Votorantim, que em fls. 21.167/ 21.174 defendeu a impossibilidade de deferimento do pedido, vez que este foi apresentado apenas oito dias antes da 1ª convocação da AGC e poderia gerar diversos efeitos às vésperas da assembleia, ressaltando que em seu entender as Recuperandas não atenderiam qualquer dos requisitos necessários. A decisão de fls. 21.158/21.166, em seu item 21, conferiu o prazo de dez dias para os credores e o Administrador Judicial se manifestarem sobre o tema. Às fls. 21.176/21.557 o Administrador Judicial apresentou lista de credores atualizada para fins de realização da AGC, tanto na forma de consolidação processual quanto na forma de consolidação substancial. Ainda, em fls. 21.566/21.601, o auxiliar traz aos autos a Ata da AGC, que foi realizada em consolidação substancial e não instalada pela falta de quórum. Em manifestação constante das fls. 21.758/21.767, o auxiliar deste Juízo narra que quando da confecção da Lista de Credores em Consolidação Substancial, identificou a existência de 136 contratos financeiros com cruzamento de garantias, atendendo ao primeiro requisito. Quanto à relação de controle ou de dependência, o Administrador Judicial destacou o organograma organizacional que demonstra o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

funcionamento das empresas. A identificação total ou parcial do quadro societário foi constatada pelo administrador judicial. Com relação à atuação conjunta no mercado entre os postulantes, em que pese reconheça o administrador a atuação em ramos diversos da economia, segundo o auxiliar a interconexão entre os contratos bancários das recuperandas seria suficiente para as considerar como uma única entidade econômica, atendendo ao último requisito. Por fim, os credores Banco Votorantim, Copel Distribuição S.A., Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco Luso Brasileiro S.A e Itaú Unibanco S.A. se opõe à consolidação substancial, defendendo o não atendimento aos requisitos legais, com o primeiro, em sua segunda manifestação sobre o tema, abordando ainda a lista de credores em consolidação substancial apresentada pelo Administrador Judicial. Segundo o Banco Votorantim, teria o Administrador Judicial alterado a lista de credores sem autorização judicial, atitude que não teria cabimento diante do encerramento da fase administrativa da recuperação judicial, trazendo ainda questionamentos acerca da consolidação efetivada, vez que a Lista de Credores em Consolidação Substancial descrevia o valor sujeito de R\$ 2.284.577.903,10, enquanto a lista consolidada exibia apenas o montante de R\$ 927.020.280,87 como total sujeito. Em tal cenário, requereu ainda o Banco Votorantim a nulidade da AGC realizada no dia 27/05/2024. Relatei, passo a decidir. De início, destaco a positiva atitude tomada pela administração judicial desta recuperação judicial em face do cenário em que foi inserida pelo pedido de consolidação substancial apresentado pelas Recuperandas. Digo isso uma vez que o ato promovido pelo administrador judicial não resultou em qualquer prejuízo aos credores, vez que se tratava de 1ª convocação, com cenário diverso podendo causar grave confusão processual com a instalação de apenas algumas das AGC's a serem realizadas no dia 27/08/2024, enquanto decisão acerca da consolidação poderia retirar a validade de tais deliberações. Dito isto, entendo ser o caso de acolher o pedido das Recuperandas. Como apontado pelo administrador judicial, os quatro requisitos descritos pelo art. 69-J da Lei 11.101/2005 foram atendidos, em especial a existência de garantias cruzadas, as relações de controle e interdependência e a identidade parcial do quadro societário. Contudo, também entendo pertinente os questionamentos apresentados pelo credor quanto à consolidação da lista, sob o exclusivo critério da transparência da lista de credores. Isso porque não é de se surpreender a expressiva redução do montante sujeito aos efeitos da recuperação judicial. O art. 69-K, §1º da LRF disciplina que consolidação substancial acarretará a extinção imediata de garantias fidejussórias e de créditos detidos por um devedor em face de outro, ou seja, as garantias desta natureza constantes dos diversos contratos firmados não são mais contabilizadas, reduzindo o passivo sujeito. Aqui, destaco que a aplicação do §1º do art. 69-K se restringe às garantias fidejussórias sujeitas à recuperação judicial, com aquelas prestadas pelo produtor rural enquanto pessoa física se mantendo incólumes. Para além, até mesmo credores tidos como sujeitos na consolidação processual podem deixar de o ser na consolidação processual, pois o caput do art. acima referido determina que em decorrência da consolidação substancial, ativos e passivos de devedores serão tratados como se pertencessem a um único devedor, de modo que garantias fiduciárias, por exemplo, existentes e reconhecidas em face de um único devedor, possam passar a valer em face de todos os demais, excluindo integralmente aquele crédito da Lista de Credores. Diante do exposto, julgo presentes na recuperação judicial os requisitos descritos pelo art. 69-J da Lei nº 11.101/2005, deferindo o pedido de fls. 20.992/21.009 das Recuperandas. Assim sendo, não vejo razão para a anulação da AGC realizada em 27/08/2024. Determino ao Administrador Judicial que apresente Lista de Credores em Consolidação Substancial até a véspera da 2ª convocação da AGC, levando em consideração todas as decisões judiciais acerca de créditos até a realização do conclave (art. 39, caput). Ainda, visando transparência da referida lista, determino que em conjunto à lista de credores a ser apresentada, deve o administrador judicial apresentar relatório descrevendo todas as


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

alterações promovidas na Lista de Credores, inclusive contendo o cruzamento de todos os contratos financeiros. Após, terão os credores o prazo de 10 dias para apresentarem suas considerações quanto à lista consolidada, deixando claro, desde já, que eventuais alterações terão validade para a AGC em caso o Plano de Recuperação Judicial não seja aprovado na AGC a se realizar no dia 17/09/2024. 2) Fls. 22.363/22.560 (Banco Inter requer tutela de urgência para participar da AGC com direito de voz): Nos termos do art. 39, §1º da LRF, os titulares de créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 não terão direito a voto e não serão considerados para fins de verificação do quórum de instalação e de deliberação na AGC, não disciplinando a lei sobre o direito de voz. Compreendo, portanto, que para o credor não sujeito participar da AGC com direito a voz, sua pretensão deve ser justificada. Visa o Banco Inter apresentar suas observações acerca de bem de sua propriedade que foi mencionado no Plano de Recuperação Judicial, razão que julgo suficiente para justificar a participação da instituição financeira na AGC, apenas com direito de voz. Autorizo a participação do credor na AGC, intimando o Administrador Judicial para, caso ainda não tenha o feito, tomar as devidas medidas para a participação do credor. 3) Fls. 22.569/22.818 (Gilberto Schincariol, José Augusto Schincariol, Daniela Maria Schincariol, Gilberto Schincariol Júnior requerem a intimação do administrador judicial para apresentar a composição de seus créditos em consolidação substancial bem como a retificação da lista de credores): No item 1 desta decisão determinei a intimação do administrador judicial para apresentar a consolidação de todos os contratos financeiros, incluindo o dos peticionários, que devem observar a manifestação do administrador a ser oportunamente apresentada. Quanto ao pedido de alteração da lista de credores, tal tema deve ser objeto de impugnação de crédito, pelo que indefiro o requerimento. 4) Fls. 22.857/22.902 (Recuperandas requerem autorização para concretização de DIP com o Banco BTG S.A.): Trata-se de pedido de autorização de financiamento DIP, nos termos dos arts. 66, 69-A e 84, I-B, da Lei 11.101/2005, com a operação atingindo o montante de quarenta milhões de reais. Não se trata de novidade trazida aos autos, com as Recuperandas tendo requerido a autorização para a realização do financiamento desde o final do ano de 2023, como se observa das fls. 8.257/8.261. Em tal ocasião, este Juízo determinou a intimação dos diversos interessados no presente feito para que fizessem constar suas considerações. Segundo as Recuperandas, com o decurso do tempo necessário para a tramitação de tal pedido, foram encontradas outras fontes de financiamento para as necessidades descritas na ocasião anterior, sendo, contudo, necessária a concretização do financiamento para possibilitar a realização do plantio e trato cultural relativos às safras de 2025. A necessidade de autorização do pedido decorre diretamente do art. 66, já que o contrato objeto do requerimento prevê a oneração do patrimônio das Recuperandas. Entendo que o contrato ora analisado já foi devidamente discutido nos autos, sendo prudente o destaque acerca das alterações entre a versão anteriormente apresentada e a mais recente. De início, a minuta do contrato presente às fls. 22.863/22.902 contempla operação no volume de 40 milhões de reais, diferente dos 60 milhões cuja autorização se requereu na última oportunidade. Em razão da redução do montante do empréstimo, se faz lógica a redução da garantia ofertada, na qual 12 imóveis são ofertados em alienação fiduciária, conforme anexo constante das fls. 22.893/22.895. Para além, a taxa de juros foi reduzida, caindo de 100% da Taxa DI + 12% a.a. para 100% da Taxa DI + 5,5% a.a., com o prazo passando de 48 meses (4 anos) para 1094 dias (aproximadamente três anos). Considerando: 1) já ter sido oportunizado aos interessados a manifestação acerca do DIP proposto, inclusive tendo o Administrador Judicial se manifestado favoravelmente à medida; 2) a evolução das negociações entre Recuperandas e Financiador resultou na melhora das condições da operação e 3) a necessidade recursos financeiros das Recuperandas para possibilitar o plantio da safra do ano de 2025, decido pela AUTORIZAÇÃO da operação pretendida, nos termos dos arts. 66, 69-A e 84, I-B, da Lei 11.101/2005. Int."


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

CERTIFICA MAIS QUE, por r. decisão proferida em **26/09/2024** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 17.592/17.593; 19.190/19.198; 21.158/21.166 (últimas decisões) 1) Fls. 21602/21625 (Air Bp Brasil Ltda.); 21626/21631 (Helio Eduardo Dos Santos); 21632/21633 (Leonardo Adão); 22068/22119 (Camil Alimentos S.A.); 22828/22856 (Banco Sistema S.A); 23033/23069 (Serasa S/A); 23101/23495 (Ciamais Comércio de Equipamentos Eletronicos, Informatica, Eletrodomesticos e Artigos Esportivos LTDA.); 23671/23684 (Anhanguera Comércio De Ferramentas Limitada): Ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização, sendo o caso. 2) Fls. 21680/21689 (Aldo Dias Da Silva); 22133/22218 (Divino José De Souza); 22219/22362 (Jackson Silva Barbosa); 21768/21783 (Sociedade, Lima Lopes, Cordella e Advogados Associados); fls. 23.952/23.953 (João Pereira de Medeiros Filho); fls. 24.063 (Gilvan Costa Alves): Após a publicação da 2ª Lista de Credores, o Administrador Judicial já se manifestou às fls. 20.080/20.090 informando que, nos termos do Provimento CGJT no 1/2012 incorporado à Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, entende pela possibilidade de receber, administrativamente, apenas os pedidos de habilitação de créditos de natureza trabalhista. Desse modo, fica o Administrador Judicial autorizado para apresentar, oportunamente, petição de inclusão de créditos trabalhistas. 3) Fls. 21558/21565 (Vara do Trabalho de Indaiatuba); 21651/21658 (2ª Vara do Trabalho de Araucária); 21659/21670 (Vara do Trabalho de Salto); 21671/21679 (80ª Vara do Trabalho de São Paulo); 21718/21740 (6ª Vara do Trabalho de São Paulo); 21741/21749 (64ª Vara do Trabalho de São Paulo); 22561/22568 (2ª Vara do Trabalho de Cotia); 23093/23097 (Núcleo de Saneamento de Processos Arquivados do TRT2); 23665/23670 (2ª Vara do Trabalho de São Carlos); 23856/23864 (2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas): Ciência às recuperandas. Ao administrador judicial para responder aos juízos oficiais, comprovando-se nos autos. Quanto ao ofício de fls. 23856/23864, verifico que as recuperandas já forneceram as informações necessárias para sua resposta às fls. 2175/21757, em cumprimento à decisão de fls. 21158/21166, de modo que o administrador judicial também deve providenciar a resposta a esta solicitação. 4) Fls. 21176/21557 (Administrador Judicial apresenta Lista Consolidada em 26/08/2024, base para 1ª convocação da AGC); 23496/23664 (Administrador Judicial apresenta a Lista de Credores Consolidada em 17/09/2024, base para a 2ª convocação da AGC): Ciente. 5) Fls. 21566/21601 (Administrador Judicial apresenta Ata da Assembleia Geral de Credores e seus demais anexos, ocorrida em 27 de agosto de 2024, informando, ainda, a impossibilidade da instalação da Assembleia Geral em 1ª convocação, ante a insuficiência do quórum); 23693/23855 (Administrador Judicial apresenta a Ata da AGC ocorrida em 17/09/2024, bem como seus anexos, informando sua suspensão para o dia 23/10/2024): Ciente. 6) Fls. 21649/21650 (Bradesco Vida e Previdência S.A requer a retificação de sua objeção apresentada às fls. 19300/1930): Por meio do item 26 da decisão de fls. 19.190/19.198, foi determinada a manifestação das recuperandas e do administrador judicial acerca das objeções ao Plano de Recuperação Judicial constantes dos autos até aquela ocasião. Intimadas, nada disseram as recuperandas, com o auxiliar deste Juízo registrando que movimentações desta natureza tão somente ensejam a convocação da AGC, ato este já ocorrido, tendo sido acordada sua suspensão para o dia 23/10/2024. Portanto, ciente da retificação da objeção apresentada. 7) Fls. 21690/21714 (Recuperandas requerem a juntada das contas demonstrativas mensais referentes ao mês de julho de 2024): Ciente. 8) Fls. 21715/21716 (Marcos Augusto Henares Vilarinho e outros, patronos do Grupo Handz, renunciam ao mandato que lhes foi outorgado por conta do inadimplemento contratual): Ciente. 9) Fls. 21717 (Banco Sofisa S.A. requer sua exclusão do processo, bem como a inclusão da Carouge 41 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, a qual adquiriu a totalidade dos direitos de crédito e obrigações de titularidade do Banco Sofisa S.A.); Fls. 22910/23025 (Itaú Unibanco S/A requer sua


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

substituição para que em seu lugar passe a constar o nome do Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., como novo titular dos Direitos de Crédito, objeto da presente ação): Ao administrador judicial para analisar a documentação. 10) Fls. 21751/21757 (Recuperandas, em cumprimento à decisão de fls. 21158/21166, manifestam-se acerca dos ofícios enviados pelos Juízos Trabalhistas): Ao administrador judicial para, em conjunto com os ofícios mencionados no item 3 desta decisão, providenciar a devida resposta. 11) Fls. 21758/21767 (Petição do Administrador Judicial manifesta-se sobre a decisão de fls. 21158/21166): 11.1: Item 4 da decisão: Comunica as providências tomadas para cada ofício. Ciente. 11.2: Do item 6 da decisão: Informa que retificará a listagem do crédito da patrona do Sr. Wiliam Daniel. Ciente. 11.3: Do item 18 da decisão: Sobre os pedidos de credenciamento na AGC, informa que as providências para habilitação dos representantes dos credores na AGC já foram tomadas. Ciente. 11.4: Do item 21 da decisão: Opina pelo deferimento do pedido de consolidação substancial feito pelas recuperandas. Ciente e analisado às fls. 23026/23032. 11.5: Do item 22 da decisão: Opina pelo deferimento do pedido de autorização para alienação de 90 veículos (motocicletas e carros) das recuperandas, integrantes de seu ativo não circulante, de fls. 21.117/21.119, no montante de R\$ 1.013.815,80. Verifico que pedidos semelhantes já foram realizados nos autos, de modo que, com a concordância do administrador judicial, autorizo a alienação pretendida dos bens, determinando como de praxe a prestação de contas dos recursos auferidos ao administrador judicial, que deverá apresentar relatório em até 30 (trinta) dias após a conclusão do procedimento de alienação. 12) Fls. 21784/21786; 23.969 (Camil Alimentos S.A. opõe Embargos de Declaração contra a decisão de fls. 21.158/21.166, a qual autorizou a contratação de financiamento junto à Camil, garantido por alienação fiduciária a ser constituída sobre a produção de grãos do recuperando Washington Cinel, porém que restou omissa em relação ao Financiamento DIP): Em síntese, busca o financiador reformar apenas pequena parte da decisão recorrida, passando a constar que o financiamento firmado entre o Embargante e as Recuperandas foi realizado dentro da modalidade DIP, nos termos dos arts. 69-A e 84-I, b, sendo relevante a alteração em razão das garantias e prerrogativas legais atribuídas a este tipo de financiamento. Tendo em vista que a operação não onera bens do ativo não circulante das recuperandas, de modo que sequer seria necessária a autorização deste Juízo, além de tratar-se de operação de curto prazo (a se encerrar em fevereiro de 2025), não vislumbro óbice no provimento dos embargos apresentados pelo devedor. Assim, o item 12 da decisão de fls. 21.158/21.166 passa a conter a seguinte redação: Autorizo a operação de financiamento nos termos dos artigos 69-A e 84-I, b da LRF, assim como a alienação fiduciária, por se tratar de exigência do comprador, ressaltando que nenhum bem do ativo não circulante das recuperandas será atingido por esta operação. A prestação de contas se dará diretamente ao administrador judicial, que, em 30 dias após a conclusão da operação, apresentará relatório acerca da destinação dos recursos. 13) Fls. 21787/21800 (Banco Pine S.A. requer que seja declarada a não essencialidade dos imóveis de matrícula 40.724, 40.725, 40.726, 40.727, 40.728, 40.739, 40.740, 41.117, 43.629, a revogação da r. decisão de fls. 13883/13839 para permitir a imediata continuidade dos atos de excussão da alienação fiduciária, permitindo-se a consolidação da propriedade fiduciária em nome do PINE): Às fls. 20.953/20.987, o administrador judicial apresenta relatório acerca da essencialidade das terras vinculadas às operações firmadas pelas recuperandas junto ao Banco Pine S.A., apontando a ausência de fatos novos quanto às condições em que anteriormente analisou a essencialidade dos bens, destacando que as áreas continuam em franca utilização, trazendo resultados superiores à média, com novos dados apenas referentes ao período de produção de 2024/25. Quanto à Fazenda Touro Passo, aponta o auxiliar que parte das áreas ofertadas ao Banco Pine S.A. são utilizadas tanto para a produção de arroz quanto para a criação de gado. Na produção do grão, a área garantida seria


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

equivalente a 2,86% da área de produção agrícola, se estimando a receita anual desta área no valor de R\$ 1.901.340,00. Quanto à produção pecuária, o perímetro dado em garantia à instituição bancária perfaz 5,07% de toda a área em que esta atividade é realizada, a qual tem receita anual estimada, no total, de R\$ 4.005.000,00 (quatro milhões e cinco mil reais). Observo que da planilha destacada pelo AJ, a Fazenda Touro Passo, como um todo, seria responsável pela geração de R\$ 225.000,00, ou 5,62% deste rendimento. Já com relação à Fazenda Santa Zélia, o auxiliar destaca que a totalidade da área dada em garantia ao Banco Pine S.A. é destinada a produção pecuária, sendo equivalente a 3,03% da área total explorada com esta atividade. Também percebo da planilha anexada pelo administrador judicial que a Fazenda Santa Zélia, como um todo, seria responsável pela geração de R\$ 1.350.000,00, ou 33,71% deste rendimento. Em suas razões presentes às fls. 21787/21800, o Banco Pine S.A. aduz, em apertada síntese, que os dados trazidos pelas recuperandas em seu laudo não são suficientes para comprovar a essencialidade da área, se tratando de área mínima no contexto do total operado pelo ramo agro, requerendo o não reconhecimento da essencialidade da área e consequente autorização para o prosseguimento da consolidação da propriedade fiduciária. Contudo, diante da manutenção das condições anteriormente já analisadas, considero devidamente demonstrada a relevância das áreas para a manutenção da atividade rural das recuperandas, bem como que se encontram em franca utilização, considero mantida a sua essencialidade, pelo que INDEFIRO o pedido de reconsideração realizado pelo Banco Pine S.A. às fls. 15.054/15.166. 14) Fls. 21801/22007 (Administrador Judicial apresenta Relatório Mensal de atividades referente ao mês de março de 2024): Ciente. 15) Fls. 22033/22067 (Recuperandas apresentam minuta atualizada do Plano de Recuperação Judicial, acompanhado de seu Laudo Econômico-Financeiro, ressaltando-se que a versão ora apresentada reflete o atual estágio de negociações com os credores, de modo que poderá sofrer eventuais evoluções ou modificações, inclusive na Assembleia Geral de Credores, conforme previsão do art. 35, inciso I, da Lei 11.101/2005): Ciente. 16) Fls. 22120/22132 (Recuperandas requerem que seja declarada a impossibilidade da retirada dos tratores, alvos de busca e apreensão pelo Banco Santander, das Fazendas Santa Virgem, Mancha Verde, Touro Passo e Santa Zelia, servindo-se a decisão como ofício, a ser encaminhado diretamente pelas Recuperandas ao D. Juízo da 5ª Vara Cível do Foro Regional II de Santo Amaro/SP e ao D. Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Uruguaiana/RS); Fls. 23865/23880 (Ofício do 2º grau do TJSP contendo despacho nos autos do AGTR nº 2278645-84.2024.8.26.0000, no qual o relator concedeu o efeito suspensivo almejado contra a decisão liminar de fls. 198/200 nos autos da Busca e Apreensão nº 1070899-63.2024.8.26.0002, requerendo informações a respeito da essencialidade ou não dos tratores à atividade do produtor rural): Ao administrador judicial para se manifestar em 10 dias. 17) Fls. 22819/22827 (Recebido ofício do 2º Grau do TJSP comunicando que o acórdão proferido nos autos do AGTR nº 2121764-79.2024.8.26.0000 transitou em julgado. O TJSP negou provimento ao recurso interposto pelo Banco Safra contra a decisão proferida nos autos principais da RJ e que, por sua vez, autorizou a alienação da aeronave de propriedade das recuperandas): Ciente. 18) Fls. 23070/23092 (Recuperandas requerem seja declarada a impossibilidade de consolidação da propriedade do seu imóvel de matrícula nº 32.682 no Cartório de Registro de Imóveis de Pederneiras/SP) Fls. 23.923/23.938 (administrador judicial se manifesta pela essencialidade do imóvel): Informam as recuperandas que foram surpreendidas com notificação extrajudicial do Cartório de Registro de Imóveis de Pederneiras/SP, por meio das quais foram intimadas a proceder ao pagamento em favor da Cooperativa de Crédito Credicitrus do montante de R\$ 1.353.098,31, sob pena de consolidação da propriedade do imóvel de matrícula nº 32.682, que garantiu fiduciariamente a Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 7103095. As recuperandas sustentam, em síntese, a (i) competência exclusiva do Juízo Recuperacional para


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

dirimir sobre questões de constrição de bens e ativos; (b) essencialidade do imóvel ao soerguimento empresarial; (c) impossibilidade da venda ou retirada do bem por violar o art. 49, §3 da Lei 11.101/2005. Nos termos da Lei 11.101/2005, cabe ao juízo da recuperação decidir sobre a impossibilidade de retirada de bens de capital essenciais às atividades do devedor, pelo credor não sujeito à recuperação durante o período de suspensão das execuções. É o caso, portanto, de se examinar a questão relativa à essencialidade do imóvel às atividades das recuperandas. O caráter essencial da área se daria, em tese, pelo plantio e produção expressivos de cana de açúcar, de modo que a investida feita pela Credicitrus viola a literalidade do art. 49, §3o da Lei 11.101/2005. O tema já foi objeto de deliberação na ocasião das tentativas de consolidação promovidas por outras instituições financeiras, tendo sido reconhecida a essencialidade dos bens, vide, respectivamente, decisões de fls. 7157/7158 (mantida no julgamento dos Embargos de Declaração às fls. 13.833/13.839); fls. 13151/13154 e fls. 17.592/17.593. Assim, semelhantemente aos casos anteriores, o administrador judicial se manifestou às fls. 23.923/23.938 com base no Laudo de Essencialidade do Imóvel, concluindo que o imóvel em questão é essencial às atividades das recuperandas. Isso porque, mediante cálculo proporcional entre a área objeto do pedido de declaração de essencialidade e os dados totais do imóvel fornecido pelo Laudo, contribuiu com 2.202 toneladas de cana-de-açúcar na safra de 2023/2024. Além disso, a receita total estimada obtida pelo imóvel para o ano de 2024 é de R\$ 290.334,00, de modo que sua alienação poderia frustrar os objetivos da recuperação. É sabido que a consolidação é o primeiro passo para o devedor perder a posse, pois será na sequência levado o imóvel a leilão, com risco de arrematação por terceiro, com direito a ingressar na posse do bem adquirido. Diante do exposto, entendo que as informações são suficientes para, em cognição sumária, reconhecer a essencialidade do imóvel. Assim, a fim de evitar grave prejuízo às recuperandas, DETERMINO a SUSPENSÃO DO procedimento de consolidação da propriedade do imóvel objeto da matrícula acima mencionada, servindo a presente decisão de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis de Pederneiras/SP. 19) Fls. 23098/23100 (Sociedade, Lima Lopes, Cordella E Advogados Associados requer a juntada do substabelecimento para participação do procurador substabelecido na Assembleia Geral de Credores designada para 17/09/2024 às 10:00h): O procedimento de o credenciamento para a participação na AGC é devidamente descrito pelo art. 37, §4º da Lei nº 11.101/2005: Art. 37. A assembléia será presidida pelo administrador judicial, que designará 1 (um) secretário dentre os credores presentes. (...) § 4º O credor poderá ser representado na assembléia-geral por mandatário ou representante legal, desde que entregue ao administrador judicial, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista no aviso de convocação, documento hábil que comprove seus poderes ou a indicação das folhas dos autos do processo em que se encontre o documento. Portanto, não deve ser objeto de petição nos autos da RJ o pedido para participar da AGC, o qual deveria ter sido devidamente enviado ao administrador judicial no momento oportuno. 20) Fls. 23.947/23.951 (recuperandas requerem a prorrogação do stay period por 30 dias): Considerando que a recuperanda já apresentou datas para a realização da AGC e que vem colaborando com o andamento célere do processo, DEFIRO a prorrogação do stay period, mantendo-se a suspensão de todas as ações e execuções movidas em face das recuperandas por mais 30 dias, contados a partir de 11/10/2024. 21) Fls. 23.965/23.966 (Banco do Brasil informa a celebração, pela Camil Alimentos S.A., de compromisso de compra e venda de ações representativas de 100% do capital social da Rice Paraguay S.A. "Rice", da qual o Sr. Washington Umberto Cinel detém 99% de participação, e que a transação levaria ao recebimento de aproximadamente R\$ 250.000.000,00): Manifestem-se as recuperandas e o administrador judicial. 22) Fls. 24.017 (IGESP S/A - CENTRO MÉDICO E CIRÚRGICO - INSTITUTO DE GASTROENTEROLOGIA DE SÃO PAULO informa que se u crédito não consta


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

na relação de credores): Tendo em vista o exposto, a habilitante deverá ajuizar incidente próprio, por dependência ao processo principal, na forma do Comunicado CG 219/18. Int" **CERTIFICA MAIS QUE**, por r. decisão proferida em **14/10/2024** pelo MM. Juiz foi dito que: "Vistos. Fls. 19.190/19.198; 21.158/21.166; 24.118/24.123 (últimas decisões) 1) Fls. 23970/24015 (Centro Trasmontano de São Paulo); 24158/24162 (Implementos Agrícolas Jan S/A); 24548/24577 (Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.); 24590/24592 (Valdir da Silva Menezes); 24708/24710 (Francisco Ducier De Sousa): Ao cartório para anotações, se em termos, ou nota cartorária de regularização, sendo o caso. 2) Fls. 23939/23946 (4ª Vara do Trabalho de Cubatão); 24070/24085 (3ª Vara do Trabalho de Pouso Alegre); 24163/24169 (1ª Vara do Trabalho de Mogi das Cruzes); 24172/24178 (2ª Vara do Trabalho de Limeira); 24234/24250 (1ª VT de Marília); 24260/24265 (64ª Vara do Trabalho de São Paulo); 24586/24589 e 24593/24595 (13ª Vara do Trabalho de Guarulhos): Ciência às recuperandas. Ao administrador judicial para responder aos juízos oficiantes, comprovando-se nos autos. 3) Fls. 24596/24691 (Lello Condomínios Ltda); 24711/24785 (Ana Silva Nicolau de Souza); 24795/24802 (Rafael Rossignolli de Lamano); 24803/24811 (Reginaldo Bonifacio); 24812/24933 (Fábio André Correia); 24934/25032 (Luis Henrique Cutolo de Mello Barbosa); 25033/25036 (Kleide Lino dos Santos): Após a publicação da 2ª Lista de Credores, o Administrador Judicial já se manifestou às fls. 20.080/20.090 informando que, nos termos do Provimento CGJT no 1/2012 incorporado à Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, entende pela possibilidade de receber, administrativamente, apenas os pedidos de habilitação de créditos de natureza trabalhista. Desse modo, fica o Administrador Judicial autorizado para apresentar, oportunamente, petição de inclusão de créditos trabalhistas. 4) Fls. 24086/24099; 24100/24117 (JOSIMAR ALDEMIR DA SILVA requer cumprimento do alvará para que o valor de R\$ 22.000,00 seja reservado para pagamento do crédito trabalhista do requerente): A ordem emitida pelo Juízo Trabalhista, reproduzida pelo credor em sua petição, em verdade trata de ordem de reserva de crédito. Portanto, indefiro o pedido de expedição de alvará, ressaltando que os créditos sujeitos à RJ devem ser pagos na forma do PRJ, determinando a intimação do administrador judicial para que tome as providências necessárias para a recepção da ordem de reserva de crédito. 5) Fls. 24.124/24.156 (Recuperandas requerem seja declarada a impossibilidade de consolidação da propriedade do seu imóvel de matrícula nº 29.167 no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Balsas/MA); Fls. 24.544/24.547 (administrador judicial se manifesta pela essencialidade do imóvel): Informam as recuperandas que foram surpreendidas com notificação extrajudicial do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Balsas/MA para procederem ao pagamento em favor da Cooperativa de Crédito Credicitrus do montante de R\$ 2.648.815,28, sob pena de consolidação da propriedade do imóvel de matrícula nº 29.167, denominado "Fazenda Eldorado II", que garantiu fiduciariamente a Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 7057700. As recuperandas sustentam, em síntese, a (i) competência exclusiva deste juízo para dirimir questões de constrição de bens; (b) essencialidade do imóvel ao soerguimento empresarial; (c) impossibilidade da venda ou retirada do bem por violar o art. 49, §3 da Lei 11.101/2005. Nos termos da Lei 11.101/2005, cabe ao juízo da recuperação decidir sobre a impossibilidade de retirada de bens de capital essenciais às atividades do devedor, pelo credor não sujeito à recuperação durante o período de suspensão das execuções. É o caso, portanto, de se examinar a questão relativa à essencialidade do imóvel às atividades das recuperandas. O caráter essencial da área se daria, em tese, pelo plantio e produção expressivos de soja, feijão, milho e arroz sequeiro, bem como pela função primordial que ela exerce na operação agrícola da devedora. O tema já foi objeto de deliberação na ocasião das tentativas de consolidação promovidas por outras instituições financeiras, tendo sido reconhecida a essencialidade dos bens, vide, respectivamente, decisões de fls. 7157/7158


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

(mantida no julgamento dos Embargos de Declaração às fls. 13.833/13.839); fls. 13151/13154; fls. 17.592/17.593 e fls. 24.118/24.123. Assim, o administrador judicial se manifestou às fls. 24.544/24.547, concluindo que o imóvel em questão é essencial às atividades das recuperandas. Isso porque a Fazenda Eldorado II é o acesso principal à Fazenda Nova Olinda, também de propriedade das recuperandas, representando 120 km a menos que a entrada secundária por áreas de terceiros. Desse modo, o bem exerce função essencial na cadeia logística da operação das recuperandas na região de Balsas/MA, sobretudo no escoamento, comercialização e acesso dos colaboradores e prestadores de serviço. Além disso, mediante cálculo proporcional realizado pelo AJ entre a área objeto do pedido de declaração de essencialidade e os dados totais do imóvel fornecido pelo Laudo, a receita total estimada obtida pela Fazenda Eldorado II para a safra de 2024/2025 é de R\$ 1.134.000,00, de modo que sua alienação poderia frustrar os objetivos da recuperação. É sabido que a consolidação é o primeiro passo para o devedor perder a posse, pois será na sequência levado o imóvel a leilão, com risco de arrematação por terceiro, com direito a ingressar na posse do bem adquirido. Pelo exposto, determino a **SUSPENSÃO** do procedimento de consolidação da propriedade do imóvel objeto da matrícula acima mencionada exclusivamente durante a vigência do stay period, servindo a presente decisão de ofício ao 1º Cartório de Registro de Imóveis de Balsas/MA. 6) Fls. 24179/24184 (Mav-Fiagro-Direitos Creditórios requer a retificação da lista de credores consolidada pelo administrador judicial): Ao administrador judicial para se manifestar em 5 (cinco) dias. 7) Fls. 24185/24233 (Recuperandas apresentam (i) as contas demonstrativas mensais referentes ao mês de agosto de 2024 e (ii) a complementação das contas demonstrativas mensais das recuperandas do ramo de segurança, referentes ao mês de julho de 2024): Ciência aos interessados 8) Fls. 24266/24292 (Recuperandas requerem, com urgência, considerando as investidas realizadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. com vistas a retirar ativos essenciais ao seu soerguimento, que seja declarada a impossibilidade da busca e apreensão dos maquinários utilizados na atividade rural das Recuperandas): Ao administrador judicial para se manifestar em 5 dias. 9) Fls. 24294/24543 (Virgo Companhia de Securitização e Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. informam cessão de créditos. Requerem a substituição processual; retificação da lista de credores; exclusão dos patronos do cedente e que os patronos do cessionário sejam intimados de todos os atos processuais): Ao administrador judicial para se manifestar em 5 (cinco) dias. 10) Fls. 24583/24585 (Recuperandas, em atenção ao item 21 da decisão de fls. 24.118/24.123, manifestam-se sobre a petição apresentada pelo Banco do Brasil S.A às fls. 23.965/23.966. Requerem, ante o descabimento das alegações trazidas e a inexistência de relação entre a operação noticiada e a presente demanda, o indeferimento do requerimento de depósito judicial de quaisquer valores nestes autos); Fls. 25003/25013 (Administrador Judicial informa ter diligenciado junto às recuperandas e verificado que a operação não atinge os bens da RJ, requerendo a intimação das recuperandas para que atualizem o status da operação e informem a estrutura de comando das empresas): Em cumprimento à decisão de fls. 24.118/24.123, as Recuperandas manifestaram-se sobre a petição do Banco do Brasil, na qual foi noticiada a celebração de compromisso de compra e venda de ações representativas de 100% do capital social da Rice Paraguay S.A., da qual o produtor rural Washington Umberto Cinel detém 99% de participação. Diante do possível recebimento de R\$250.000.000,00 pela operação com a Camil, a instituição financeira pugnou pela intimação das recuperandas, bem como pelo depósito em juízo de eventual quantia recebida na operação. Instada a se manifestar, as Recuperandas alegaram, em síntese, que: (i) Washington Cinel não é parte da referida operação, a qual apenas tem como partes a Camil Alimentos e West Yorkshire Assets Corp.; (ii) trata-se de transação não consumada, como consta do próprio Fato Relevante e (iii) nenhum ativo abrangido pela presente RJ ou listado no plano de recuperação judicial encontra-se envolvido na operação noticiada pelo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Banco do Brasil, vez que feita, na decisão que deferiu o processamento do presente feito, a distinção entre as obrigações do recuperando na qualidade de empresário produtor rural e como pessoa física. Por sua vez, o Administrador Judicial, no item 4 da manifestação de fls. 25003/25013, informou que, em diligência junto às Recuperandas, foi possível auferir que as ações tanto da Rice como da West não são de propriedade direta de Washington Cinel, não tendo relação, portanto, com a presente recuperação judicial. Desse modo, a operação noticiada pelo Banco do Brasil não envolveria a transferência nem a redução de ativo do patrimônio de nenhuma das recuperandas. Além disso, segundo o AJ, ambas as sociedades, Rice e West, não encontram-se em recuperação judicial, razão pela qual não há necessidade de autorização prévia por parte deste Juízo para a celebração da referida promessa de compra e venda, como exige o art. 66 da LRF. Ademais, o AJ, deduzindo que o pedido de direcionamento dos recursos provenientes da alienação em comento para os autos desta RJ teria o intuito de destinar os valores ao pagamento dos credores, informou que o adimplemento dos créditos sujeitos à recuperação judicial deve ocorrer via Plano de Recuperação Judicial, o qual será deliberado na Assembleia Geral de Credores do dia 23/10/2024. Opinou pela intimação das Recuperandas para prestar informações sobre o atual andamento da operação, bem como sobre a estrutura de controle das empresas envolvidas. Considerando que a alienação debatida não envolve ativos das recuperandas nem houve deliberação dos credores a respeito do Plano de Recuperação Judicial, indefiro o pedido de depósito judicial formulado pelo Banco do Brasil, ressaltando que os pagamentos serão feitos nos termos do plano, caso aprovado. No mais, manifestem-se as Recuperandas, no prazo de 10 dias, atendendo ao requerimento do AJ quanto à prestação de informações acerca do estágio atual da operação de venda da Rice Paraguay S.A., bem como sobre a estruturação de controle das empresas envolvidas na alienação em questão. 11) Fls. 24692/24707 (Banco Luso Brasileiro S.A junta cópia do Agravo de Instrumento que interpôs contra a decisão de fls. 23.026/23.032, a qual deferiu o pedido de consolidação substancial das Recuperandas): Ciente da interposição do agravo de instrumento nº 2305528-68.2024.8.26.0000. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Sem pedido de informações, informe o interessado eventual concessão de efeito suspensivo. No silêncio, aguarde-se o resultado do julgamento do recurso e eventual modificação do aqui decidido, informando oportunamente as partes. 12) Fls. 24786/24794 (Cooperativa de Crédito Credicitrus opõe Embargos de Declaração contra a decisão de fls. 24118/24123, especificamente com relação aos itens 15 e 18. Nos referidos itens, o Juízo exarou ciência quanto a possibilidade de evoluções ou modificações do Plano de Recuperação Judicial, inclusive na Assembleia Geral de Credores, bem como suspendeu a consolidação de propriedade do imóvel de matrícula 29167): A evolução das negociações entre devedor e credores e a resultante modificação no plano de recuperação judicial não deve ser limitada pelo juízo. Esclarecimentos podem ser solicitados e prestados em AGC. Eventual prejuízo a credor pode ser alegado e será objeto de decisão após a AGC. Em relação à limitação temporal da proteção dos bens essenciais, foi tratada no item 14.3 da decisão de fls. 13833/13839 - a necessidade de fixação do período de proteção, que se limita ao da vigência do stay period, como apontado pelo auxiliar deste Juízo. Portanto, acolho em parte os embargos apenas para esse fim. 13) Fls. 25033/25033 (Administrador Judicial manifesta-se sobre a decisão de fls. 24118/24123): Ciente. 13.1: Item 3 da decisão: AJ informa as providências tomadas junto aos juízos oficiantes. Ciente. Às recuperandas conforme indicado pelo auxiliar, em 5 dias. 13.2: Item 9 da decisão: AJ manifesta-se sobre os pedidos de substituição processual e retificação da Relação de Credores em razão das operações de cessão de crédito celebradas pelo Banco Sofisa S.A. com o Carouge 41 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (pedido de fl. 21.717), e pelo Itaú Unibanco S/A com a Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A (pedido de fls. 22.910/23.025). Quanto


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail:

sp2falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

à cessão de crédito do Banco Sofisa, o AJ informou que, analisando o contrato de cessão, não foi possível verificar a assinatura em nome da instituição financeira cedente, tampouco atestar os poderes do representante da cessionária. Assim, opinou pela intimação do Sofisa e da Carouge 41 para que apresentem o contrato de cessão em melhor qualidade de resolução, bem como juntem os instrumentos que demonstrem os poderes da Latache Gestão de Recursos Ltda. para representar a cessionária. Intime-se o Banco Sofisa S.A. e Carouge 41 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados para que atendam à solicitação à solicitação do Administrador Judicial. Em relação à cessão de crédito do Itaú Unibanco, o AJ informou que, na ocasião da 2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores, promoveu a análise da presente cessão, tendo constatado que esta se encontra de acordo com as normas legais, vindo a considerar a cessão para fins de AGC, conforme ata de fls. 23.695/23.701. Desse modo, reiterou a análise feita anteriormente, não se opondo ao pedido de sub-rogação feito pelo Itaú Unibanco e pela Travessia Securitizadora VIII. Sendo assim, ao Administrador Judicial para que retifique a Relação de Credores, passando a constar o nome cessionária, nos termos da cessão pactuada. 13.3: Item 10 da decisão: Comunica as providências tomadas junto aos juízos oficiais das comunicações objeto da petição de fls. 21.751/21.757 das Recuperandas. 13.4: Item 21 da decisão: Tema decidido no item 10 desta decisão. Int." **CERTIFICA MAIS E FINALMENTE QUE**, os autos aguardam remessa à conclusão para determinação judicial. **NADA MAIS.** O referido é verdade e dá fé. São Paulo, 16 de outubro de 2024.

"Esta certidão é fornecida de acordo com o artigo 5º, inciso XXXIV, alínea "b", da Constituição Federal. Caberá ao requerente ou destinatário da certidão a responsabilidade por eventual uso ou divulgação das informações nela contidas."

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: Isento (Provimento CSM nº 2.356/2016)